



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

Senhores Acionistas

A Administração do Banco PanAmericano S.A. ("PanAmericano" ou "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias, em conformidade com as disposições legais, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e demais normas estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial de Abertura em 30 de novembro de 2010 e o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2010, bem como as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, para o mês de dezembro de 2010, acompanhados das correspondentes notas explicativas, e dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal.

Mensagem da Administração

Conforme anunciado em Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, a atual Administração do PanAmericano assumiu suas funções naquela data, após a divulgação da informação de que haviam sido descobertas irregularidades e inconsistências na contabilidade do Banco que não permitiam que suas demonstrações financeiras, até então publicadas, refletissem a real situação patrimonial da Companhia, já havendo sido apuradas naquela ocasião, perdas da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Tal prejuízo foi assumido pelo acionista controlador, através de depósito de igual montante feito perante a Companhia, à conta do qual seriam absorvidos os prejuízos então apurados.

A atual Administração identificou irregularidades adicionais de R\$ 1,3 bilhão inicialmente informados e outros ajustes não relacionados a inconsistências no valor de R\$ 0,5 bilhão. O montante final apurado foi de R\$ 4,3 bilhões, integralmente ajustado no Balanço Patrimonial de Abertura em 30 de novembro de 2010. Esses ajustes são de: (i) R\$ 1,6 bilhão referente à carteira de crédito insubstituível; (ii) R\$ 1,7 bilhão referente a passivos não registrados de operações de cessão liquidados/ referenciados; (iii) R\$ 0,5 bilhão referente à irregularidades na constituição de provisões para perdas de crédito; (iv) R\$ 0,3 bilhão referente a ajustes de marcação a mercado; e, (v) R\$ 0,2 bilhão referente a outros ajustes.

Nessas condições, o então acionista controlador, em 31 de janeiro de 2011, aportou novos recursos no montante de R\$ 1,3 bilhão, utilizando-se dos mesmos instrumentos legais para crédito em conta de "Depósito de Acionista".

Tendo em vista a fragilidade e a impropriedade dos sistemas contábeis e de controles internos então existentes no Banco, a nova Administração - além da gestão dos negócios - com o auxílio de consultores externos, atuou na redefinição de critérios contábeis e de controles internos compatíveis com as exigências normativas e com as necessidades de uma instituição financeira, que propiciassem informações fidedignas, baseadas em uma escrituração contábil que refletisse adequadamente a sua situação patrimonial.

A complexidade dos mecanismos adotados na geração das inconsistências contábeis impediu a definição do momento exato em que começaram a ocorrer as irregularidades contábeis e fragilidades dos controles internos que ocasionaram a falta de confiabilidade dos registros. E, dadas as evidências de contumácia de tais procedimentos anteriores a 09 de novembro de 2010, data de posse da atual Administração, torna-se impraticável e totalmente inviável fazer-se, de forma apropriada, uma segregação e mensuração de quais ajustes de inconsistências contábeis se referiam aos exercícios anteriores, quais competiam ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, e quais dizem respeito ao exercício corrente.

Ainda, face às inúmeras e diferentes inconsistências contábeis e procedimentos indevidos identificados, a Administração não encontrou alternativa que não a de estabelecer uma nova base contábil confiável, através da elaboração de um balanço patrimonial especial de abertura, com informações obtidas por meio de um levantamento completo de todos os direitos e obrigações da Companhia relativamente a uma nova data a ser tomada como ponto de partida para a análise da efetiva situação patrimonial. Assim, foi determinada a data de 30 de novembro de 2010 para a elaboração do "Balanço Patrimonial de Abertura". Em decorrência desses fatos, a atual Administração da Companhia optou - visando à prestação de informações qualificadas e fidedignas, consoante às práticas contábeis - por adotar as seguintes medidas:

a) Divulgar, na mesma data da divulgação do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2010, o ITR relativo ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2010, com os dados então existentes na contabilidade, porém com a ressalva de que as informações nele contidas não são confiáveis, por referirem-se a período contábil anterior àquele a que se refere o "Balanço Patrimonial de Abertura", devendo, em consequência, considerar-se como verdadeira apenas a situação patrimonial da Companhia informada pelo Balanço Patrimonial de Abertura em 30 de novembro de 2010 e aquela apresentada pelo Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2010;

b) Utilizar, para efeito de comparação, a situação patrimonial do Balanço Patrimonial de Abertura em 30 de novembro de 2010 ao invés daquela relativa a 31 de dezembro de 2009, em decorrência da inviabilidade de se mensurar, pelo exercício social já encerrado, as significativas distorções contábeis decorrentes das inconsistências e demais irregularidades identificadas, ou mesmo, de se reelaborar demonstrações financeiras confiáveis de exercícios anteriores.

A utilização, por termo de comparação, do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2009, sem condições de isolar e ajustar os efeitos das inconsistências contábeis por exercício social, como acima referido, implicaria em uma representação totalmente inadequada de tais demonstrações financeiras, o que não serviria de parâmetro para qualquer análise comparativa, podendo confundir os usuários das mesmas.

Assim, estabelecer uma data a partir da qual se tenha dados seguros e confiáveis foi a forma que a Administração da Companhia encontrou para - tendo em vista a finalidade da contabilidade de fornecer informações financeiras que sejam úteis para a tomada de decisões econômicas - cumprir as determinações e princípios da Lei 6.404/76 e da regulamentação da CVM, além de demonstrar com absoluta transparência aos acionistas e ao mercado os efetivos direitos e obrigações da Companhia, apurados após minuciosos e trabalhosos levantamentos, que exigiram esforços concentrados de grande parte do pessoal interno e dos consultores externos, ao longo dos últimos noventa dias.

Adequação de Capital

Os ajustes corretivos efetuados no mês de novembro de 2010 apresentaram reflexos sobre a estrutura de capital do Banco, resultando no desenquadramento em relação aos limites operacionais regulatórios (Índice de Basileia e Margem Operacional). Considerando as medidas em curso, os negócios já realizados pelo Banco no mês de janeiro de 2011, o suporte oferecido pela Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), pelo Banco BTG Pactual S.A. e pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), além do depósito adicional de R\$ 1,3 bilhão feito em conta de acionista, a situação de desenquadramento dos limites operacionais ora observada, estará revertida até o final do mês de fevereiro de 2011.

Acordo Operacional

O Acordo Operacional firmado em regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços do PanAmericano e da CAIXA consiste na elaboração e implementação de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. O objetivo é criar sinergia e aproveitar oportunidades de negócios que trarão resultados para ambas as instituições, tendo em vista a complementariedade dos parceiros.

Os principais pontos foram acordados considerando-se a tradição e *expertise* do PanAmericano na geração de ativos no mercado de varejo, bem como a possibilidade de negociação desses ativos com a CAIXA o que permite agilidade na geração de ativos para fazer frente à competitividade que o mercado exige. Além disso, em linha com as estratégias definidas pelas instituições, existem oportunidades de criação de novos produtos em ambas as instituições que podem ser comercializados individualmente ou em conjunto. Em suma, o Acordo Operacional possibilita a ampliação do *portfólio* de produtos, atuação conjunta em convênios e elaboração de estratégias buscando o aumento contínuo no *market share* e o atingimento de novos mercados.

Governança Corporativa

A nova Diretoria Executiva concentra seus esforços na melhoria dos padrões de governança, gerenciamento e controle, adequando os processos vigentes às suas diretrizes. Buscou-se a adequação dos registros contábeis e gerenciais do Banco, e ao mesmo tempo, uma profunda e minuciosa revisão de estrutura, processos e contratos vigentes, resultando em melhoria dos padrões de gestão e em ganho de eficiência. A estrutura de governança foi totalmente reformulada, possibilitando maior transparência dos atos de gestão e mensuração do impacto desses atos no resultado do Banco. O ambiente de controle foi aperfeiçoado a partir da revisão de processos e de toda a estrutura de políticas e comitês corporativos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Ambiente de Controle

As atividades de gestão de risco e controle foram concentradas na nova Diretoria de Controles e Riscos que é composta pelas unidades de Compliance, Controladoria, Contabilidade e Riscos Corporativos, as quais, juntas, representam o alicerce da estrutura de Governança Corporativa do Banco e possibilitam uma gestão alinhada às melhores práticas e padrões de governança.

A Gerência Geral de Auditoria Interna atua de forma independente com reporte ao Comitê de Auditoria, e focou seus trabalhos na avaliação dos processos, procedimentos e sistemas, reestruturação da área e na contratação de profissionais experientes. O PanAmericano, através da sua nova gestão, declara o seu compromisso com a busca contínua e incessante de padrões de governança e gerenciamento de riscos que garantam a adequada identificação, mensuração, mitigação e reporte dos riscos incorridos pelo Banco, não se restringindo aos requisitos regulatórios. Ademais, pauta suas ações pela conduta ética, pela otimização de seu capital econômico e pela obtenção de resultados perenes que sustentem sua visão de futuro.

Comitês

Outras ações iniciais da nova Diretoria foram voltadas para a governança do Banco com a criação de comitês para que as decisões não fossem individuais, mas sim, de um colegiado.

Além da revitalização dos Comitês já existentes, que são originados de atividades exigidas por lei, como o Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, de Ouvidoria, de Controles Internos, o Comitê de Ativos e Passivos, de Crédito e o Comitê de Auditoria, foi criado o Comitê de Gestão Operacional, que visa a implementação de negócios entre a CAIXA e o PanAmericano, com representantes do corpo diretor dos dois bancos, sendo o Presidente do Comitê o Diretor Superintendente do PanAmericano. Foi criado, também, o Comitê de Riscos, focando as políticas de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição aos riscos de mercado e crédito de carteira.

Relações com Investidores

A área de Relação com Investidores (RI), vinculada à Diretoria de Captação e RI, tem como responsabilidade primária assegurar às autoridades reguladoras, aos investidores pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais, aos analistas de investimento e ao mercado em geral o acesso às informações sobre a Companhia de forma precisa e transparente. É desta forma que tem pautado a sua atuação.

A área tem atuado de forma transparente comunicando ao mercado todas as informações pertinentes, importantes e passíveis de divulgação, sempre zelando pelos interesses da Companhia, bem como dos seus acionistas, dada a peculiaridade e complexidade da situação do momento.

Perspectivas

A expectativa para 2011 é de que a agenda de política econômica priorizará o controle da inflação. O Banco Central do Brasil já tomou medidas de natureza macroprudencial, cuja finalidade é amortecer a expansão do crédito, principalmente para as pessoas físicas, e já deu início também a um ciclo de elevações da taxa Selic. Enquanto isso, do lado da política fiscal, foi anunciado um corte expressivo das despesas do orçamento da União. Espera-se que, no ciclo em curso, a taxa Selic seja elevada até 12,25% ao ano, embora se contemple a possibilidade de que, caso se mostre necessário um grau maior de restrição monetária, o ciclo de altas de juros se estenda um pouco mais e que seja complementado por medidas adicionais de caráter macroprudencial. Em linha com essas iniciativas, há a expectativa de que o crescimento do PIB em 2011 seja da ordem de 4%, e que a variação do IPCA encerre o ano em 5,6%, com convergência gradual, a partir daí, em direção ao centro da meta de inflação. Partindo das hipóteses de relativa estabilidade dos preços de *commodities* nos patamares atuais, já bastante elevados, e de que permanecerá favorável a percepção dos investidores a respeito do país, projeta-se que a taxa de câmbio encerre o ano de 2011 em nível próximo ao do final do ano passado.

Com base neste cenário, o PanAmericano buscará ampliar sua atuação no mercado de varejo brasileiro, concentrando esforços na concessão de financiamento ao consumidor, crédito pessoal, financiamento de veículos, crédito consignado e cartão de crédito, especialmente voltados à crescente classe emergente. Além disso, operações de financiamento para pequenas e médias empresas também devem ser reforçadas. Esta expectativa baseia-se, também, no evento de celebração de contrato de compra e venda de ações e outras avenças, anunciado em 31 de janeiro de 2011, sujeito a aprovação das autoridades competentes, por meio do qual o Banco BTG Pactual comprometeu-se a adquirir as ações do acionista controlador. Uma vez concluído o negócio, o Banco BTG Pactual e a Caixa Participações passarão a compartilhar o controle do Banco.

O Banco acredita no aumento na sua capacidade de originação de ativos na competitiva indústria do financiamento ao consumo bem como no acesso a fontes de captação mais competitivas e com taxas mais baixas.

Será mantido foco na presença regional através dos canais de distribuição existentes: filiais e promotoras, bem como através de relacionamento com lojistas e correspondentes, sem deixar de investir em sistemas, processos e aprimoramento da eficiência, e na criação de novos produtos.

Auditores Independentes

O Banco PanAmericano, no exercício, de acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecimentos

Para a preservação dos interesses dos investidores em renda fixa, acionistas minoritários, clientes, colaboradores e, demais interessados, o acionista controlador mantém o seu comprometimento e confiança na atual Administração o que permitirá a entrada do Banco PanAmericano S.A. em uma nova era, com maior controle e austeridade, dirigida para o crescimento sustentado. A Administração agradece aos seus colaboradores o empenho e engajamento na aplicação das novas diretrizes, e aos investidores e parceiros que nos honram com sua confiança.

São Paulo, 14 de Fevereiro de 2011

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 30 DE NOVEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota explicativa | Banco | | Consolidado | | PASSIVO | Nota explicativa | Banco | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------|-----------|-------------|-------------|--|------------------|-----------|-------------|-------------|-----------|
| | | Dez/10 | Nov/10 | Dez/10 | Nov/10 | | | Dez/10 | Nov/10 | Dez/10 | Nov/10 |
| CIRCULANTE | | 4.474.830 | 5.150.692 | 5.497.267 | 6.073.677 | CIRCULANTE | | 6.354.922 | 5.883.917 | 7.737.113 | 7.013.655 |
| Disponibilidades | 5 | 7.560 | 6.560 | 9.222 | 7.951 | Depósitos | 16 | 3.270.878 | 3.069.016 | 3.267.170 | 3.063.671 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | 1.067.900 | 1.729.656 | 636.184 | 1.423.035 | Depósitos à vista | | 46.282 | 41.741 | 43.234 | 37.547 |
| Aplicações no mercado aberto | 6.a | 210.769 | 711.228 | 210.769 | 711.228 | Depósitos interfinanceiros | | 804.224 | 549.825 | 804.224 | 549.825 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 6.b | 857.131 | 1.018.428 | 425.415 | 711.807 | Depósitos a prazo | | 2.420.372 | 2.477.450 | 2.419.712 | 2.476.299 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 7 | 24.297 | 359.539 | 65.565 | 114.635 | Captações no mercado aberto | | 21.903 | 38.791 | 2.001 | 33.216 |
| Carteira própria | | 19.847 | 321.124 | 61.082 | 76.187 | Carteira própria | | - | 33.216 | - | 33.216 |
| Vinculados a compromissos de recompra | | - | 33.102 | - | 33.102 | Carteira de terceiros | | 21.903 | 5.575 | 2.001 | - |
| Instrumentos financeiros e derivativos | 7.c | 4.450 | 5.313 | 4.450 | 5.313 | Recursos de aceites e emissão de títulos | | 15.979 | 11.951 | 15.979 | 168.108 |
| Outras aplicações | | - | - | 33 | 33 | Recursos de debêntures em moeda nacional | 20 | - | - | - | 156.157 |
| Relações interfinanceiras | | 2.151 | 17.842 | 2.151 | 17.842 | Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior | 18 | 15.979 | 11.951 | 15.979 | 11.951 |
| Pagamentos e recebimentos a liquidar | | - | 9.394 | - | 9.394 | Relações interfinanceiras | | 1.594.853 | 1.532.816 | 1.594.853 | 1.532.816 |
| Créditos vinculados - depósitos no Banco Central | | 831 | 804 | 831 | 804 | Recebimentos e pagamentos a liquidar | | - | 5.895 | - | 5.895 |
| Correspondentes no país | | 1.320 | 7.644 | 1.320 | 7.644 | Correspondentes no país | 17 | 1.594.853 | 1.526.921 | 1.594.853 | 1.526.921 |
| Relações interdependências | | 911 | 1.831 | 911 | 1.831 | Relações interdependências | | 522 | 1.048 | 522 | 1.048 |
| Transferências internas de recursos | | 911 | 1.831 | 911 | 1.831 | Recursos em trânsito de terceiros | | 522 | 1.048 | 522 | 1.048 |
| Operações de crédito | 8 | 2.044.236 | 1.947.752 | 2.857.322 | 2.775.557 | Instrumentos financeiros derivativos | | 253.259 | 234.500 | 253.259 | 234.500 |
| Operações de crédito - setor privado | | 2.973.783 | 2.942.585 | 3.877.388 | 3.860.840 | Instrumentos financeiros derivativos | 7.c | 253.259 | 234.500 | 253.259 | 234.500 |
| (Provisão para créditos de liquidação duvidosa) | 9 | (929.547) | (994.833) | (1.020.066) | (1.085.283) | Outras obrigações | | 1.197.528 | 995.795 | 2.603.329 | 1.980.296 |
| Operações de arrendamento mercantil | 8 | - | - | 327.392 | 330.091 | Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | | 5.707 | 10.579 | 5.707 | 10.579 |
| Operações de arrendamento a receber | | - | - | 376.072 | 376.654 | Sociais e estatutárias | | 5.183 | 205.183 | 5.183 | 205.183 |
| (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa) | 9 | - | - | (48.680) | (46.563) | Fiscais e previdenciárias | 21.a | 20.951 | 20.821 | 24.724 | 26.647 |
| Outros créditos | | 1.190.647 | 968.839 | 1.389.105 | 1.205.479 | Provisões técnicas de seguros e previdência | 24 | - | - | 129.385 | 127.393 |
| Rendas a receber | | 5.491 | 5.544 | 5.491 | 5.544 | Provisões técnicas de previdência complementar | | - | - | 86 | 87 |
| Negociação e intermediação de valores | | 18.966 | 114 | 19.368 | 395 | Negociação e intermediação de valores | | - | - | 19.119 | - |
| Prêmios de seguros a receber | | - | - | (999) | 7.508 | Dívidas subordinadas | 19 | 24.657 | 17.084 | 24.657 | 17.084 |
| Diversos | 10 | 643.499 | 505.929 | 842.554 | 734.782 | Diversas | 21.b | 1.141.030 | 742.128 | 2.394.468 | 1.593.323 |
| Títulos e créditos a receber | 8 e 10 | 546.848 | 479.838 | 546.848 | 479.838 | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | | 5.007.638 | 4.943.699 | 5.413.023 | 5.913.562 |
| (Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa) | 9 | (24.157) | (22.586) | (24.157) | (22.588) | Depósitos | 16 | 2.321.106 | 2.361.292 | 2.318.638 | 2.359.345 |
| Outros valores e bens | | 137.128 | 118.673 | 209.415 | 197.256 | Depósitos interfinanceiros | | 12.639 | 14.194 | 12.639 | 14.194 |
| Outros valores e bens | 11.a | 192.657 | 199.198 | 207.837 | 214.922 | Depósitos a prazo | | 2.308.467 | 2.347.098 | 2.305.999 | 2.345.151 |
| (Provisão para desvalorização) | 11.a | (117.022) | (120.822) | (126.032) | (123.157) | Captações no mercado aberto | | 114.530 | 66.130 | 114.530 | 66.130 |
| Despesas antecipadas | 11.b | 61.493 | 40.297 | 127.610 | 105.491 | Carteira própria | | 114.530 | 66.130 | 114.530 | 66.130 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 6.833.077 | 5.738.338 | 7.630.994 | 6.962.630 | Recursos de aceites e emissão de títulos | | 833.100 | 858.050 | 833.100 | 858.050 |
| Aplicação interfinanceira de liquidez | | 526.165 | 146.356 | 163.392 | 146.356 | Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior | 18 | 833.100 | 858.050 | 833.100 | 858.050 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 6.b | 526.165 | 146.356 | 163.392 | 146.356 | Instrumentos financeiros derivativos | | 199.654 | 123.055 | 199.654 | 123.055 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 7 | 1.549.780 | 1.369.914 | 500.279 | 414.342 | Instrumentos financeiros derivativos | 7.c | 199.654 | 123.055 | 199.654 | 123.055 |
| Carteira própria | | 1.430.822 | 1.286.711 | 381.321 | 331.139 | Outras obrigações | | 1.539.248 | 1.535.172 | 1.947.101 | 2.506.982 |
| Vinculados a compromissos de recompra | | 114.681 | 66.240 | 114.681 | 66.240 | Fiscais e previdenciárias | 21.a | 402.249 | 377.476 | 654.883 | 623.790 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 7.c | 4.277 | 16.963 | 4.277 | 16.963 | Dívidas subordinadas | 19 | 1.041.375 | 1.072.562 | 1.041.375 | 1.072.562 |
| Operações de crédito | 8 | 3.316.821 | 2.844.587 | 4.490.229 | 3.973.724 | Diversas | 21.b | 95.624 | 85.134 | 250.843 | 810.630 |
| Operações de crédito - setor privado | | 3.316.821 | 2.844.587 | 4.490.229 | 3.973.724 | RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS | | 3.545 | - | 3.545 | - |
| Operações de arrendamento mercantil | 8 | - | - | 682.504 | 696.650 | Resultados de Exercícios Futuros | | 3.545 | - | 3.545 | - |
| Operações de arrendamento a receber | | - | - | 682.504 | 696.650 | PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS | | - | - | 1.702 | 1.920 |
| Outros créditos | 10 | 1.339.990 | 1.270.832 | 1.574.044 | 1.503.824 | Participação de acionistas minoritários | | - | - | 1.702 | 1.920 |
| Diversos | 10 | 1.339.990 | 1.270.832 | 1.574.044 | 1.503.824 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 25 | 197.017 | 339.256 | 19.150 | 152.762 |
| Outros valores e bens | | 100.321 | 106.649 | 220.546 | 227.734 | Capital social - | | 1.108.091 | 1.108.091</ | | |

Banco PanAmericano S.A. - CNPJ (MF) nº 59.285.411/0001-13 - Avenida Paulista, nº 2.240 - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

| | Capital social | Reserva de capital | Reserva de lucros | | Ajustes de avaliações patrimoniais TVM e derivativos | Prejuízos acumulados | Total |
|--|----------------|--------------------|-------------------|-------------|--|----------------------|-----------|
| | | | Legal | Estatutária | | | |
| SALDOS EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010 | 1.108.091 | 172 | 42.884 | 440.686 | - | (1.252.577) | 339.256 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos | - | - | - | - | 5 | - | 5 |
| Prejuízo do mês | - | - | - | - | - | (142.244) | (142.244) |
| Destinações: | | | | | | | |
| Absorção de prejuízo com reservas | - | - | (42.884) | (440.686) | - | 483.570 | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 | 1.108.091 | 172 | - | - | 5 | (911.251) | 197.017 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo líquido por ação)

| | Nota explicativa | Banco Dezembro 2010 | Consolidado Dezembro 2010 |
|---|------------------|---------------------|---------------------------|
| RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 178.742 | 218.468 |
| Rendas de operações de crédito | 27 | 142.248 | 182.317 |
| Resultado de operações de arrendamento mercantil | - | - | 20.529 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 36.492 | 15.620 | 15.620 |
| Operações de empréstimos e repasses | - | - | 1 |
| Resultado de operação de câmbio | 2 | 1 | 1 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | (184.408) | (207.561) |
| Operações de captação no mercado | | (20.919) | (37.502) |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 7.c | (145.019) | (145.019) |
| Operações de empréstimos e repasses | | (5) | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 9 | (18.465) | (25.040) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | (5.666) | 10.907 |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | (142.784) | (151.271) |
| Receitas de prestação de serviços | | 1.114 | 2.642 |
| Rendas de tarifas bancárias | | 20.671 | 20.673 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12 | (8.971) | - |
| Receita de prêmios ganhos de seguros | | - | 9.898 |
| Despesas de sinistros retidos | | - | (4.955) |
| Despesas de pessoal | | (2.518) | (4.021) |
| Outras despesas administrativas | 29 | (123.723) | (132.894) |
| Despesas tributárias | | (22.345) | (26.870) |
| Outras despesas operacionais | 30.a | 4.064 | 8.103 |
| Outras despesas operacionais | 30.b | (11.076) | (23.847) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | (148.450) | (140.364) |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | 34.b | (17.032) | (17.103) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES | | (165.482) | (157.467) |
| PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 22.f | 23.238 | 23.783 |
| Provisão para imposto de renda | | (141) | (1.035) |
| Provisão para contribuição social | | (85) | 992 |
| Ativo fiscal diferido | | 23.464 | 23.826 |
| PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS | | - | 67 |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO MÊS | | (142.244) | (133.617) |
| PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$ (Representado por 244.343.940 ações em 2010) | | (0,58) | (0,55) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

| | Banco Dezembro 2010 | Consolidado Dezembro 2010 |
|--|---------------------|---------------------------|
| RECEITAS | 38.113 | 58.542 |
| Intermediação financeira | 178.742 | 218.468 |
| Prestação de serviços e tarifas bancárias | 21.785 | 23.315 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (18.465) | (25.040) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | (143.949) | (158.201) |
| DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (165.943) | (182.521) |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (2.643) | (1.750) |
| Materiais, energia e outros | (8) | (67) |
| Serviços de terceiros | (2.635) | (1.683) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | (130.473) | (125.729) |
| DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES | (389) | (464) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | (130.862) | (126.193) |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | (8.971) | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | (8.971) | - |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | (139.833) | (126.193) |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | (139.833) | (126.193) |
| Pessoal | 2.120 | 3.396 |
| Remuneração direta | 1.760 | 2.689 |
| Benefícios | 290 | 585 |
| FGTS | 70 | 122 |
| Impostos, taxas e contribuições | (495) | 3.712 |
| Federal | (495) | 3.712 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 786 | 383 |
| Aluguéis | 786 | 383 |
| Remuneração de capitais próprios | (142.244) | (133.684) |
| Prejuízos retidos | (142.244) | (133.617) |
| Participação dos não-controladores nos prejuízos retidos | - | (67) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

| | Banco Dezembro 2010 | Consolidado Dezembro 2010 | Banco Dezembro 2010 | Consolidado Dezembro 2010 |
|--|---------------------|---------------------------|---------------------|---------------------------|
| FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | | | |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO | (142.244) | (133.617) | | |
| Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa: | | | | |
| Depreciações e amortizações | 389 | 464 | | |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio | (3.842) | 2.833 | | |
| Provisão para contingências | 10.490 | 11.768 | | |
| Prejuízo na venda de bens não de uso próprio | 17.060 | 17.060 | | |
| Equivalência patrimonial | 8.971 | - | | |
| Resultado dos acionistas minoritários | - | (67) | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 18.465 | 25.040 | | |
| Imposto de renda e contribuição social - Diferidos | (23.238) | (19.870) | | |
| Provisões técnicas de seguros e previdência | - | 1.257 | | |
| Prejuízo líquido ajustado | (113.949) | (95.132) | | |
| Variação de ativos e passivos: | | | | |
| Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez | (494.669) | (6.801) | | |
| Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários | 158.795 | (34.895) | | |
| Redução em relações interdependências | 394 | 394 | | |
| Redução em operações de crédito | (587.183) | (621.193) | | |
| Aumento em operações de arrendamento mercantil | - | 14.728 | | |
| Aumento em outros créditos | (253.337) | (233.975) | | |
| Aumento em outros valores e bens | (14.445) | (14.508) | | |
| Aumento em depósitos | 161.676 | 162.792 | | |
| Aumento em captações no mercado aberto | 31.512 | 17.185 | | |
| Aumento em relações interfinanceiras | 77.728 | 77.728 | | |
| Aumento em outras obrigações | 218.933 | 73.809 | | |
| Aumento em instrumentos financeiros derivativos | 91.944 | 91.944 | | |
| Aumento resultado de exercícios futuros | 3.545 | 3.545 | | |
| CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (719.056) | (564.379) | | |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | | |
| Alienação de imobilizado de uso | 45 | 48 | | |
| Alienação no intangível | 5 | 5 | | |
| Alienação de bens não de uso próprio | 32.692 | 35.768 | | |
| Aquisição de investimentos | - | (23) | | |
| Aquisição de imobilizado de uso | (439) | (439) | | |
| Aplicações no intangível | (735) | (735) | | |
| Aquisição de bens não de uso próprio | (43.592) | (46.124) | | |
| Variação nas participações minoritárias | - | (219) | | |
| CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (12.024) | (11.719) | | |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | | |
| Redução de recursos de debêntures | - | (156.157) | | |
| Aumento de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior | (20.922) | (20.922) | | |
| Redução de dívidas subordinadas | (23.614) | (23.614) | | |
| CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (44.536) | (200.693) | | |
| REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (775.616) | (776.791) | | |
| CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO | 1.162.213 | 1.172.224 | | |
| CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (nota explicativa nº 5) | 386.597 | 395.433 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES A 31 DE DEZEMBRO E 30 DE NOVEMBRO DE 2010
E AO PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PanAmericano S.A. ("Banco"), companhia de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco atua principalmente no mercado de crédito direto ao consumidor, operando linhas de crédito pessoal e financiamentos de veículos, material de construção, móveis, turismo, eletrodomésticos e outros. Por intermédio de suas controladas, atua também nas áreas de arrendamento mercantil de veículos e outros bens, e seguros do ramo de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais - DPVAT. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas. Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de "funding" para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos que compõem a sua carteira de operação de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para os fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs") constituídos com essa finalidade. O procedimento de cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento da receita destas operações. Estes resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais do Banco, dentro das receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações de FIDCs, quando aplicável, eliminada e apropriada no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.

Em 1º de dezembro de 2009, a Silvio Santos Participações Ltda., que detinha o controle acionário do Banco à época, celebrou contrato de compra e venda de 36,56% das ações do Banco com a Caixa Participações S.A. (Caixapar), subsidiária da Caixa Econômica Federal, passando a participação acionária do Banco ser representada conforme segue:

| Acionistas | Ordinárias | % | Preferenciais | % | Total | % |
|-------------------------------------|-------------|--------|---------------|--------|-------------|--------|
| Grupo Silvio Santos | 67.259.321 | 51,00 | 24.712.286 | 21,97 | 91.971.607 | 37,64 |
| Caixa Participações S.A. - Caixapar | 64.621.700 | 49,00 | 24.712.286 | 21,97 | 89.333.986 | 36,56 |
| Mercado | 7 | 0,00 | 63.038.340 | 56,06 | 63.038.347 | 25,80 |
| Total | 131.881.028 | 100,00 | 112.462.912 | 100,00 | 244.343.940 | 100,00 |

A transação foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de julho de 2010.

2. FATOS RELEVANTES

Conforme FATO RELEVANTE publicado em 9 de novembro de 2010, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos), mediante operação financeira que contou com pleno conhecimento do Banco Central do Brasil - BACEN e com o apoio do FGC - Fundo Garantidor de Crédito, aportou R\$2,5 bilhões no Banco PanAmericano S.A., assumindo o prejuízo decorrente dos ajustes de determinadas inconsistências contábeis identificadas durante os trabalhos de inspeção, tendo como data-base 30 de junho de 2010, realizada pelo Órgão Regulador.

Como ajustado em Termo de Comprometimento firmado com o Banco Central do Brasil - BACEN, o aporte realizado destinou-se, exclusivamente, a restabelecer o equilíbrio patrimonial e a ampliar a liquidez operacional da instituição, preservando seu nível de capitalização, não resultando em perdas patrimoniais, resguardando, portanto, os interesses dos clientes, depositantes, fornecedores, colaboradores e dos demais acionistas.

Na execução de procedimentos de depuração de dados, de análise, de conferência, de reconciliação, de e revisão dos controles operacionais e dos registros contábeis, efetuados com data-base 30 de novembro de 2010, foram constatadas irregularidades adicionais aquelas inconsistências contábeis e outros ajustes não relacionados a inconsistências anteriormente identificadas.

Em decorrência dos ajustes adicionais apurados pela atual administração, estabeleceu-se o valor total das inconsistências contábeis, no montante de R\$3,8 bilhões e outros ajustes no montante de R\$0,5 bilhão, integralmente ajustado no balanço patrimonial em 30 de novembro de 2010. Esses ajustes referem-se a:

| Descrição | Valor (em bilhões de reais) |
|---|-----------------------------|
| Inconsistências contábeis | |
| Carteira de crédito insubsistente | (1,6) |
| Passivos não registrados de operações de cessão liquidadas/refinanciadas | (1,7) |
| Irregularidade na constituição de provisões para perdas de crédito e outras | (0,5) |
| Total | (3,8) |
| Outros ajustes não relacionados a inconsistências | |
| Ajustes de marcação a mercado | (0,3) |
| Outros ajustes | (0,2) |
| Total | (0,5) |
| Total Geral | (4,3) |

Mediante operação financeira complementar, que também contou com o conhecimento do Banco Central do Brasil - BACEN e com o apoio financeiro do FGC - Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou, em janeiro de 2011, o valor de R\$1,3 bilhão adicionais no Banco PanAmericano S.A., para assumir os prejuízos decorrentes dessas irregularidades adicionais. Este novo aporte, com as mesmas características do aporte anterior e utilizando-se de dois mesmos instrumentos legais, foi creditado em conta de "Depósito de Acionista", destinado a reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional da instituição. Dessa forma os ajustes acima mencionados foram suportados com as seguintes fontes de recursos:

| Descrição | Valor (em bilhões de reais) |
|--|-----------------------------|
| Depósito efetuado em 09 de novembro de 2010 (*) | 2,5 |
| (-) Valor utilizado pela PanAmericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda. | (0,2) |
| Subtotal | 2,3 |
| Depósito complementar efetuado em 31 de janeiro de 2011 (*) | 1,3 |
| Total de depósitos efetuados pelo acionista controlador do banco | 3,6 |
| Credito tributário ativado (**) | 0,7 |
| Total das fontes de recursos | 4,3 |

(*) Total de depósitos efetuados pelo acionista controlador para o Banco e PanAmericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda. no montante de R\$3,8 bilhões

(**) Créditos tributários ativados em consonância com o estudo de expectativa de realização (nota 22d)

Em 31 de janeiro de 2011, conforme divulgado através de novo FATO RELEVANTE ao mercado em geral, o antigo acionista controlador (Grupo Silvio Santos), mediante operação de compra e venda da totalidade de suas ações, no capital do Banco PanAmericano S.A., admitiu o Banco BTG Pactual S.A. no quadro acionário e transferiu o controle acionário da instituição. Com a conclusão da transação, bem como sua aprovação pelos órgãos competentes, a CAIXA e o Banco BTG Pactual S.A. exercerão o controle acionário do Banco PanAmericano.

Em decorrência do acima exposto, a CAIXA e o Banco PanAmericano, com a intervenção do Banco BTG Pactual S.A., firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a CAIXA se compromete adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões (oito bilhões), além do reforço de liquidez através de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que será suportado por limite de crédito de até R\$2,0 bilhões (dois bilhões). Ressaltamos que não haverá qualquer subsídio implícito nessas operações. Ainda no mês de janeiro de 2011, foi contratada operação de Cessão de Direitos Creditórios, sem coobrigação, junto ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC, no montante de até R\$3,5 bilhões. O BTG Pactual deverá realizar oferta pública de ações - OPA aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago para as ações do ex-acionista controlador, comprometendo-se a não fechar o capital da instituição pelo prazo de 1 (um) ano.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PanAmericano S.A. ("Banco") estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios ("Consolidado"), e foram elaboradas com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob certas condições especiais decorrentes das inconsistências contábeis identificadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e irregularidades adicionais e outros ajustes constatados pela atual Administração. A atual administração, mesmo utilizando-se dos controles e sistemas operacionais em vigor, em decorrência dos processos inadequados praticados anteriormente que corromperam os sistemas de controles internos da instituição, não pôde correlacionar as inconsistências contábeis e irregularidades adicionais constatadas com os períodos a que efetivamente se referem, tornando-se impraticável a reelaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de exercícios anteriores, de forma a incorporar os possíveis ajustes que seriam necessários para apresentar dados confiáveis e que pudessem ser de utilidade para o adequado entendimento dessas demonstrações. Por outro lado, a mera apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2009, sem os ajustes que corrigiriam todas as distorções decorrentes das inadequadas práticas e procedimentos irregulares utilizados no passado, estaria prejudicando toda e qualquer possibilidade de comparação entre períodos e induzindo a erros em quaisquer análises dessas informações.

Com a posse dos novos administradores em 09 de novembro de 2010, foram adotadas as providências necessárias para que fossem cessadas as práticas irregulares e que geraram as distorções retro-mencionadas. Obteve-se então, um aprimoramento do ambiente de controles internos resultando em novo marco para a contabilidade e para os processos operacionais da instituição. Conseqüentemente, os gestores atuais reconhecem a inadequação e enfatizam a inconfiabilidade de toda e qualquer demonstração, informação ou dado contábil, anterior ao balanço patrimonial de abertura, elaborado sob sua responsabilidade, conforme descrito a partir do parágrafo seguinte.

Com o objetivo de se obter uma posição confiável de ativos e passivos e ao mesmo tempo propiciar a comparabilidade de informações, foi elaborado balanço patrimonial de abertura em 30 de novembro de 2010, com os ajustes necessários para corrigir as distorções mencionadas. Diante disso, viabilizou-se a preparação de demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, para o mês de dezembro de 2010, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Essas são as únicas peças e informações contábeis pelas quais a atual administração se responsabiliza, afirmando a autenticidade e credibilidade dos valores e dados nelas contidos. Quaisquer outros dados e informações contábeis, anteriores ao balanço de abertura datado de 30 de novembro de 2010, afetados pelas inconsistências e irregularidades identificadas, sendo, portanto, ressalvados pela atual administração, podendo resultar em prejuízo se utilizado para análise ou avaliação.

As demonstrações financeiras que envolvem as operações até 09 de novembro de 2010, estão definitivamente comprometidas na sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante os princípios contábeis, devido aos principais aspectos:

(a) Relevante inadequação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009, incluindo ajustes de inconsistências contábeis (ajuste contra lucros acumulados), identificadas pelo BACEN, durante seus trabalhos de Inspeção, com base em 30 de junho de 2010; (b) Relevantes ajustes contra o resultado ocorrido até 30 de novembro de 2010, decorrentes, principalmente, das mesmas causas das inconsistências contábeis, acima mencionadas;

(c) Impossibilidade, dada à fragilidade e impropriedade dos sistemas contábeis e de controle interno até então vigentes no Banco, de apropriadamente segregar e mensurar quais dos ajustes de inconsistências contábeis retro referidos se referem a 31 de dezembro de 2009 ou anos anteriores e quais pertencem ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em função do elevado grau de distorções ocorrido até 09 de novembro de 2010, não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras envolvendo todo o exercício de 2010. Pelo mesmo motivo, as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, também não estão sendo objeto de apresentação comparativa.

As demonstrações financeiras consolidadas, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), serão encaminhadas ao Banco Central do Brasil - BACEN e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, dentro do prazo regulamentar.

As informações trimestrais - ITR's e IFT's, de 2011, bem como as demonstrações financeiras do semestre e do exercício a findar em 30 de junho e 31 de dezembro de 2011, estarão prejudicadas com relação à sua comparabilidade, em relação às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, também, em função dos aspectos anteriormente mencionados.

Até 31 de dezembro de 2010, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

1. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08.
2. CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08.
3. CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologadas pela Resolução BACEN nº 3.750/09.
4. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES A 31 DE DEZEMBRO E 30 DE NOVEMBRO DE 2010 E AO PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

ii) Classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo riscos da instituição. Os ativos e passivos objeto de hedge e os respectivos instrumentos de hedge deverão ser mensurados pelo seu valor justo. A contabilização da variação do valor justo, considerando as operações do Banco e controladas, dependerá da classificação dada ao hedge, conforme segue: hedge de valor justo (reconhecimento no resultado); hedge de fluxo de caixa (reconhecimento do valor justo no patrimônio líquido, líquido do efeitos tributários);

iii) Aplicação do método da taxa efetiva de juros, que requer que ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, através da taxa de juros, deverão considerar os custos da transação (tarifas de cadastro, custos de comissões, etc);

iv) "Impairment" de ativos financeiros e não financeiros;

v) Benefícios a empregados;

vi) Necessidade de realizar, na controlada PanAmericana de Seguros S.A., o teste de adequação do passivo. Esse teste leva em consideração as estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros de suas operações de seguros, que se maior do que o contabilizado em provisões técnicas deverá ser contabilizado como provisão adicional;

vii) Divulgação de informações detalhadas sobre segmentos operacionais.

Contudo, até o momento, devido às situações mencionadas nesta nota, não foi possível mensurar os efeitos no impacto pela adoção do padrão contábil internacional com aqueles adotados nas presentes demonstrações consolidadas.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/06, informamos que foram aprovadas as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2010, pela Diretoria do Banco em 14 de fevereiro de 2011.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são as seguintes:

| | Dez/2010 | Nov/2010 |
|--|----------|----------|
| | % | % |
| Controlada direta | | |
| Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. | 99,97 | 99,97 |
| Panamericana de Seguros S.A. | 98,75 | 98,75 |
| Controlada indireta | | |
| Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. | 99,01 | 99,01 |
| Entidades de Propósito Específico - EPEs | | |
| Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Autopan FIDC") (a) | 100,00 | 100,00 |
| Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Master Pan FIDC") (a) | 100,00 | 100,00 |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FF - Multisegmentos ("FIDC FF") (a) | 100,00 | 100,00 |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP - Financeiro ("FIDC F BP") (a) (b) | 100,00 | - |

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, e/ou pela coobrigação aos créditos cedidos aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios FIDCs, detidos pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07.

(b) Fundo constituído em dezembro de 2010.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no patrimônio líquido e o resultado das controladas estão sendo apresentadas de forma destacada no Balanço Patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica "Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil".

No processo de consolidação dos FIDCs, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de "Outras Obrigações - Diversas", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica "Rendas de Operações de Crédito", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento na rubrica "Operações de Captação no Mercado". A receita auferida pelo Banco referente à valorização de suas cotas mantidas no Fundo, originalmente registrada na rubrica "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", foi reclassificada contra a rubrica "Operações de Captação no Mercado", com o objetivo de eliminar seu efeito no custo de captação.

Empresas Controladas - Em 31 de dezembro e 30 de novembro de 2010, as empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentavam, resumidamente, as seguintes situações patrimoniais, as quais não contemplam as eliminações e reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas:

| Controladas | Direta | | | | Indireta | |
|--------------------------------|--|-----------|------------------------------|----------|--------------------------------------|----------|
| | Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. | | Panamericana de Seguros S.A. | | Panamericano Adm. de Consórcio Ltda. | |
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | 163.198 | 96.569 | 60.177 | 76.477 | 2.923 | 18.574 |
| Realizável a longo prazo | 274.571 | 276.769 | 207.716 | 193.110 | 25.171 | 10.995 |
| Permanente | 1.797.427 | 1.811.324 | 38.636 | 38.292 | 111 | 118 |
| Total do ativo | 2.235.196 | 2.184.662 | 306.529 | 307.879 | 28.205 | 29.687 |
| Passivo | | | | | | |
| Circulante | 803.011 | 1.134.721 | 148.840 | 133.445 | 6.475 | 6.863 |
| Exigível a longo prazo | 1.326.246 | 937.773 | 23.589 | 22.982 | 9.891 | 11.480 |
| Patrimônio líquido | 105.939 | 112.168 | 134.100 | 151.452 | 11.839 | 11.344 |
| Total do passivo | 2.235.196 | 2.184.662 | 306.529 | 307.879 | 28.205 | 29.687 |

| Demonstração do Resultado | mês de | | mês de | | mês de | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | Dez/2010 | Dez/2010 | Dez/2010 | Dez/2010 | Dez/2010 | Dez/2010 |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | 1.413 | | 1.833 | | 180 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (11.892) | | (7.489) | | 691 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 104 | | 391 | | - |
| Resultado não operacional | | (75) | | - | | 4 |
| Imposto de renda e contribuição social | | (3.053) | | 3.036 | | 199 |
| Ativo fiscal diferido | | 7.274 | | (582) | | (578) |
| Lucro/Prejuízo do período | | (6.229) | | (2.811) | | 496 |

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) - Considerando-se que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas no Ofício-Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados, os quais possuem as seguintes características:

| FIDC | Administrador | Tipo condomínio | Prazo de duração | Amortização |
|-----------------|------------------------|-------------------|------------------|---|
| Autopan FIDC | PanAmericano DTVM S.A. | Condomínio aberto | Indeterminado | Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate. |
| Master Pan FIDC | PanAmericano DTVM S.A. | Condomínio aberto | Indeterminado | Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate. |
| FIDC FF | BEM DTVM Ltda. | Condomínio aberto | Indeterminado | Sem prazo inicial de carência para resgate de cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, o pagamento será realizado no primeiro dia útil subsequente, contudo se não houver liquidez suficiente na data do pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate. |
| FIDC F BP | BEM DTVM Ltda. | Condomínio aberto | Indeterminado | Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate. |

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs
O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor - CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

| Fundos | % |
|------------------------------|-----------------|
| Autopan FIDC | 108 |
| Master Pan FIDC | 112 |
| FIDC FF | SELIC + 2% a.a. |
| FIDC F BP - Financeiro | SELIC + 2% a.a. |

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs
Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o patrimônio líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

| Fundos | % |
|------------------------------|-----|
| Autopan FIDC | 130 |
| Master Pan FIDC (a) | 130 |
| FIDC FF | 125 |
| FIDC F BP - Financeiro | 80 |

(a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16 de março de 2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PanAmericano passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 31 de dezembro de 2010, o Banco havia subscrito o montante de R\$853.386 de um total em R\$1.052.147 (em novembro de 2010, R\$805.603 e R\$1.002.298, respectivamente).

A diferença do patrimônio líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será informada aos cotistas mensalmente.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.
Não há previsão de coobrigação do Banco com os FIDCs nas cessões de direitos creditórios já realizadas e a realizar com o Autopan FIDC e o Master Pan FIDC. O Banco subscreve e deve manter no mínimo 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desequilíbrio, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

Em 31 de dezembro e 30 de novembro de 2010, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito, nos montantes de R\$1.561.583 e R\$1.338.305, respectivamente, sem coobrigação. As operações de cessões de crédito geraram resultado em dezembro de 2010, no montante de R\$43.824, o qual foi integralmente reconhecido no resultado individual do período na rubrica "Receitas de Operações de Crédito".

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Autopan FIDC, no Master Pan FIDC, F BP Financeiro e no FIDC FF, o Banco reconheceu no mês de dezembro de 2010, receita de R\$15.219, registrado contabilmente na rubrica de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", na demonstração de resultado individual.

V. Em 31 de dezembro e 30 de novembro de 2010, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

| Ativo | 31 de dezembro de 2010 | | | |
|---|------------------------|-----------------|-----------------|-------------|
| | Autopan FIDC | Master Pan FIDC | F BP Financeiro | FF Multiseg |
| Disponibilidades | 30 | 420 | 1 | 1 |
| Títulos públicos federais | 19.902 | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | 1.444 | 1.067 |
| Direitos creditórios | 415.661 | 1.742.536 | 317.096 | 208.418 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | (2.763) | (11.083) | (1.585) | (135.375) |
| Outros valores | 588 | 2.148 | 197 | 350 |
| Total do ativo | 433.418 | 1.734.021 | 317.153 | 74.461 |
| Passivo | | | | |
| Outras obrigações | 299 | 22.207 | 48.956 | 30 |
| Patrimônio líquido | 433.119 | 1.711.814 | 268.197 | 74.431 |
| Cotas seniores | 118.279 | 659.667 | 215.534 | 10.590 |
| Cotas subordinadas | 314.840 | 853.386 | 52.663 | 63.841 |
| Cotas subordinadas - classe especial (*) | - | 198.761 | - | - |
| Total do passivo | 433.418 | 1.734.021 | 317.153 | 74.461 |

| Ativo | 30 de Novembro de 2010 | | |
|---|------------------------|-----------------|-------------|
| | Autopan FIDC | Master Pan FIDC | FF Multiseg |
| Disponibilidades | 51 | 52 | - |
| Títulos públicos federais | 1.884 | 3.692 | - |
| Cotas de fundos de investimentos | - | - | 1.398 |
| Direitos creditórios | 449.775 | 1.956.599 | 212.174 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | (4.073) | (17.629) | (129.035) |
| Outros valores | 4 | 5 | 385 |
| Total do ativo | 447.641 | 1.942.719 | 84.922 |

| Passivo | 30 de Novembro de 2010 | | |
|--|------------------------|-----------------|-------------|
| | Autopan FIDC | Master Pan FIDC | FF Multiseg |
| Outras obrigações | 1.145 | 2.670 | 34 |
| Patrimônio líquido | 446.496 | 1.940.049 | 84.888 |
| Cotas seniores | 155.558 | 937.751 | 16.679 |
| Cotas subordinadas | 290.938 | 805.603 | 68.209 |
| Cotas subordinadas - classe especial (*) | - | 196.695 | - |
| Total do passivo | 447.641 | 1.942.719 | 84.922 |

(*) Cotas de terceiros

a) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido para os períodos findos em 31 de dezembro e 30 de novembro de 2010

| Banco | Dez/2010 | | Nov/2010 |
|---|--------------------|---------------------------|--------------------|
| | Patrimônio Líquido | (Prejuízo) Líquido do mês | Patrimônio Líquido |
| Banco | 197.017 | (142.244) | 339.256 |
| Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs: | | | |
| Lucro não realizado nas cessões | (435.035) | 13.278 | (448.313) |
| Registro das despesas de comissão s/ créditos cedidos | 124.622 | 1.778 | 122.844 |
| Impostos diferidos (*) | 132.546 | (6.429) | 138.975 |
| Consolidado | 19.150 | (133.617) | 152.762 |

(*) Inclui o PIS e a COFINS sobre os lucros não realizados.

VI. Avals, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs
O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs. Entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos, até o limite destas.

VII. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs
Em 31 de dezembro de 2010, o Banco e suas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$1.284.730 (R\$1.179.586 em 30 de novembro de 2010, incluindo R\$14.836 de cotas seniores), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Os principais critérios contábeis adotados são os seguintes:

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços através dos índices pactuados.

Os prêmios de seguros e resseguros, e suas respectivas comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em resseguro e resseguro e suas respectivas comissões, são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguro, e diferidos para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, no período de cobertura do risco, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e da despesa de comercialização diferida. As operações de resseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

b) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco PanAmericano.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

d) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 e Circular SUSEP nº 379/08 para os títulos detidos por Seguradora e são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de ser ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Os títulos classificados nesta categoria não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados mas também a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período/mês, quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos estão compostos por operações de "swap" e são avaliadas de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente e apropriados ao resultado como receita ou despesa "pro rata" até as datas dos balanços, em conformidade à Circular BACEN nº 3.082/02.

f) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para créditos e para arrendamento mercantil de liquidação duvidosa
As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como, a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O resultado apurado nas cessões de operações de créditos é registrado no resultado do período, na data de realização destas operações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com co-obrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pela BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Bens não de uso próprio
São representados basicamente por bens recebidos em data de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados através da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Despesas antecipadas
São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros.

i) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo
São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

j) Investimentos
As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

k) Imobilizado
É demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

l) Ativo intangível
É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada, e está representado por gastos com desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

m) Créditos tributários
Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas vigentes na data dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo destes impostos. Em 31 de dezembro de 2010, foi constituído crédito tributário de contribuição social à alíquota de 15% apenas para as adições temporárias originadas a partir de maio de 2008, até o limite das obrigações de contribuição social correspondentes, em virtude do Banco estar questionando judicialmente a majoração da alíquota.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Os ativos não financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

o) Práticas contábeis específicas da PanAmericana de Seguros S.A.
Práticas técnicas - Seguros e Resseguros

- **Provisões de prêmios não ganhos**
A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 162/06, de 26 de dezembro de 2006, alterada pelas Resoluções nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09 pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

- **Provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes mas não emitidos** - é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09 e Circular SUSEP nº 282/05. A partir de 2008, passou a ser contabilizada na conta de provisões técnicas no passivo circulante.

Banco PanAmericano S.A. - CNPJ (MF) nº 59.285.411/0001-13 - Avenida Paulista, nº 2.240 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES A 31 DE DEZEMBRO E 30 DE NOVEMBRO DE 2010 E AO PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

• Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
• Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.
• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

s) Lucro por ação
O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, integralizado nas datas das demonstrações financeiras.

t) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$240 no exercício. A contribuição social é calculada pela alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

u) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financiamentos ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos de liquidação duvidosa e de arrendamento mercantil. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

v) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os critérios mencionados na nota explicativa nº 3. As demonstrações financeiras da PanAmericano Arrendamento Mercantil S.A. foram reclassificadas extracontabilmente para o método de arrendamento financeiro para fins de consolidação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Banco | | Consolidado | |
|---|----------|-----------|-------------|-----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Disponibilidades | | | | |
| Em moeda nacional | 7.392 | 6.369 | 9.054 | 7.760 |
| Em moeda estrangeira | 168 | 191 | 168 | 191 |
| Total Disponibilidades (caixa) | 7.560 | 6.560 | 9.222 | 7.951 |
| Aplicações Interfinanceiras de liquidez (*) | 379.037 | 1.155.653 | 379.037 | 1.155.653 |
| Certificado de Depósito Bancário - CDB | - | - | 6.071 | 7.527 |
| Fundos de Renda Fixa | - | - | 1.103 | 1.093 |
| Total de caixa e equivalente de caixa | 386.597 | 1.162.213 | 395.433 | 1.172.224 |

(*) Inclui apenas as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2010

| | Banco e Consolidado | |
|-------------------------------------|---------------------|---------|
| | Valor contábil | Total |
| Posição Bancada | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 65.025 | 65.025 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 108.851 | 108.851 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 15.005 | 15.005 |
| Subtotal | 188.881 | 188.881 |
| Posição Financiada | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 21.888 | 21.888 |
| Subtotal | 21.888 | 21.888 |
| Total Aplicações no Mercado Aberto | 210.769 | 210.769 |

Em 30 de novembro de 2010

| | Banco e Consolidado | |
|-------------------------------------|---------------------|---------|
| | Valor contábil | Total |
| Posição Bancada | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 185.997 | 185.997 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 274.501 | 274.501 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 245.155 | 245.155 |
| Subtotal | 705.653 | 705.653 |
| Posição Financiada | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 5.575 | 5.575 |
| Subtotal | 5.575 | 5.575 |
| Total Aplicações no Mercado Aberto | 711.228 | 711.228 |

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

| Prazo | Banco | | Consolidado | |
|-------------------|-----------|-----------|-------------|----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Até 30 dias | 214.446 | 514.348 | 174.230 | 460.546 |
| De 31 a 90 dias | 109.792 | 85.386 | 25.668 | 12.642 |
| De 91 a 180 dias | 147.569 | 133.756 | 50.215 | 43.164 |
| De 181 a 360 dias | 385.324 | 284.938 | 175.302 | 195.455 |
| Acima de 360 dias | 526.165 | 146.356 | 163.392 | 146.356 |
| Total | 1.383.296 | 1.164.784 | 588.807 | 858.163 |
| Circulante | 857.131 | 1.018.428 | 425.415 | 711.807 |
| Longo prazo | 526.165 | 146.356 | 163.392 | 146.356 |

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro e em 30 de novembro de 2010, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

| | Banco | | Consolidado | |
|---|-----------|-----------|-------------|----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Carteira própria: | | | | |
| Certificado de Depósito Bancário - CDB | - | - | 10.330 | 30.771 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 170.629 | 147.548 | 381.321 | 353.294 |
| Debêntures | - | 301.835 | - | - |
| Cotas de fundos de investimento (*) | 1.260.646 | 1.139.625 | 31.358 | 4.434 |
| Fundo de Desenvolvimento Social - FDS | 266 | 265 | 266 | 265 |
| Ações em companhias abertas | 19.128 | 18.562 | 19.128 | 18.562 |
| Subtotal | 1.450.669 | 1.607.835 | 442.403 | 407.326 |
| Vinculados a compromisso de recompra: | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 114.681 | 99.342 | 114.681 | 99.342 |
| Subtotal | 114.681 | 99.342 | 114.681 | 99.342 |
| Outras aplicações | - | - | 33 | 33 |
| Subtotal | - | - | 33 | 33 |
| Total de títulos e valores mobiliários | 1.565.350 | 1.707.177 | 557.117 | 506.701 |
| Instrumentos financeiros derivativos: | | | | |
| Diferenciais a receber de "swap" | 8.727 | 22.276 | 8.727 | 22.276 |
| Total de instrumentos financeiros derivativos | 8.727 | 22.276 | 8.727 | 22.276 |
| Total geral | 1.574.077 | 1.729.453 | 565.844 | 528.977 |

(*) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

| | Banco | | Consolidado | |
|--|-----------|-----------|-------------|----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Master PanAmericano FIDC Originários de CDC Veículos (i) | 853.386 | 805.603 | - | - |
| Autopan FIDC Originários de CDC Veículos (i) | 314.840 | 290.938 | - | - |
| FIDC FF Multisegmentos (iii) | 39.304 | 42.622 | - | - |
| FIDC F BP - Financeiro (ii) | 52.663 | - | - | - |
| Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI35 (ii) | 453 | 462 | 453 | 462 |
| Outros fundos | - | - | 30.905 | 3.972 |
| Total | 1.260.646 | 1.139.625 | 31.358 | 4.434 |

(i) Fundo administrado pela PanAmericano DTMV S.A., empresa ligada.

(ii) Fundo administrado pela BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTMV.

(iii) Fundos administrados pela BEM - DTMV Ltda.

As carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios estão representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores, celebrados com o Banco. De acordo com os regulamentos dos respectivos fundos, as cotas subordinadas que o Banco possui subordinam-se às cotas seniores para efeito de resgate e distribuição da carteira desses fundos, sofrendo, integralmente, os efeitos dos resultados negativos da carteira dos fundos, até o limite do seu patrimônio. Considerando a característica desses fundos e a intenção da administração em mantê-los em carteira por longo prazo, os saldos das aplicações foram classificados no realizável a longo prazo.

b) Em 31 de dezembro e 30 de novembro de 2010, a composição dos títulos por vencimentos e por classificação, está assim demonstrada:

| | Banco | | | | | Valor de mercado |
|---------------------------------------|----------------|---------------|---------------|-----------|-----------|------------------|
| | Dez/2010 | | | | | |
| | Sem vencimento | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Total | Total | |
| Títulos mantidos até o vencimento: | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento | 453 | - | 1.260.193 | 1.260.646 | 1.260.646 | |
| Fundo de Desenvolvimento Social - FDS | 266 | - | - | 266 | 266 | |
| Subtotal | 719 | - | 1.260.193 | 1.260.912 | 1.260.912 | |
| Títulos para negociação: | | | | | | |
| Ações em companhia aberta | 19.128 | - | - | 19.128 | 19.128 | |
| Subtotal | 19.128 | - | - | 19.128 | 19.128 | |
| Títulos disponíveis para venda: | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | 52.683 | 232.627 | 285.310 | 285.310 | |
| Subtotal | - | 52.683 | 232.627 | 285.310 | 285.310 | |
| Total | 19.847 | 52.683 | 1.492.820 | 1.565.350 | 1.565.350 | |

| | Banco e Consolidado | | | | | Valor de mercado |
|--|---------------------|--------------|---------------|---------------|---------|------------------|
| | Dez/2010 | | | | | |
| | Sem vencimento | Até 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Total | |
| Títulos mantidos até o vencimento: | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | - | - | 14.951 | 14.951 | 14.951 |
| Cotas de fundos de investimento | 453 | - | - | - | 453 | |
| Fundo de Desenvolvimento Social - FDS | 266 | - | - | - | 266 | |
| Subtotal | 719 | - | - | 14.951 | 15.670 | 15.670 |
| Títulos para negociação: | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento | 30.905 | - | - | - | 30.905 | 30.905 |
| Ações em companhia aberta | 19.128 | - | - | - | 19.128 | 19.128 |
| Subtotal | 50.033 | - | - | - | 50.033 | 50.033 |
| Títulos disponíveis para venda: | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | - | 162.484 | 318.567 | 481.051 | 481.051 |
| Certificado de Depósito Bancário - CDB | - | 10.330 | - | - | 10.330 | 10.330 |
| Outras | - | 33 | - | - | 33 | 33 |
| Subtotal | - | 10.363 | 162.484 | 318.567 | 491.414 | 491.414 |
| Total | 50.752 | 10.363 | 162.484 | 333.518 | 557.117 | 557.117 |

| | Banco | | | | | Valor de mercado |
|---------------------------------------|----------------|--------------|---------------|---------------|-----------|------------------|
| | Nov/2010 | | | | | |
| | Sem vencimento | Até 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Total | |
| Títulos mantidos até o vencimento: | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | 33.102 | 36.111 | 30.129 | 99.342 | 99.342 |
| Cotas de fundos de investimento | 462 | - | - | 1.139.163 | 1.139.625 | 1.139.625 |
| Fundo de Desenvolvimento Social - FDS | 265 | - | - | - | 265 | 265 |
| Subtotal | 727 | 33.102 | 36.111 | 1.169.292 | 1.239.232 | 1.239.232 |
| Títulos para negociação: | | | | | | |
| Ações em companhia aberta | 18.562 | - | - | - | 18.562 | 18.562 |
| Subtotal | 18.562 | - | - | - | 18.562 | 18.562 |
| Títulos disponíveis para venda: | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | - | 51.744 | 95.804 | 147.548 | 147.548 |
| Debêntures | - | 301.835 | - | - | 301.835 | 301.835 |
| Subtotal | - | 301.835 | 51.744 | 95.804 | 449.383 | 449.383 |
| Total | 19.289 | 334.937 | 87.855 | 1,265.096 | 1,707.177 | 1,707.177 |

| | Banco e Consolidado | | | | | Valor de mercado |
|--|---------------------|--------------|---------------|---------------|---------|------------------|
| | Nov/2010 | | | | | |
| | Sem vencimento | Até 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Total | |
| Títulos mantidos até o vencimento: | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | 33.102 | 36.111 | 30.129 | 99.342 | 99.342 |
| Cotas de fundos de investimento | 462 | - | - | - | 462 | 462 |
| Fundo de Desenvolvimento Social - FDS | 265 | - | - | - | 265 | 265 |
| Subtotal | 727 | 33.102 | 36.111 | 30.129 | 100.069 | 100.069 |
| Títulos para negociação: | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | - | - | - | - | - |
| Cotas de fundos de investimento | 2.574 | 1.398 | - | - | 3,972 | 3,972 |
| Ações em companhia aberta | 18.562 | - | - | - | 18,562 | 18,562 |
| Subtotal | 21,136 | 1,398 | - | - | 22,534 | 22,534 |
| Títulos disponíveis para venda: | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | - | 22,155 | 137,517 | 159,672 | 159,672 |
| Certificado de Depósito Bancário - CDB | - | 30,771 | - | - | 30,771 | 30,771 |
| Outras | - | 33 | - | - | 33 | 33 |
| Subtotal | - | 52,959 | 137,517 | 193,622 | 384,098 | 384,098 |
| Total | 21,863 | 87,459 | 173,628 | 223,751 | 506,701 | 506,701 |

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA").

c) Instrumentos financeiros (Banco e consolidado)

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

Os riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos são os seguintes:

Risco de crédito

Riscos decorrentes da possibilidade de perda devido à não realização ou recebimento dos créditos relativos aos instrumentos financeiros derivativos. O gerenciamento desses riscos deve estar disciplinado por políticas que objetivam a segurança, qualidade e liquidez dos ativos e, consequentemente, preservação da liquidez e integridade desses com a definição de limites específicos para essas operações.

Risco de mercado

Refere-se à possibilidade de perda devido à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do conglomerado. Esses riscos são gerenciados por meio de metodologias aderentes as melhores práticas, o que permite que as decisões estratégicas do conglomerado sejam tomadas com grau de confiança adequado. O conglomerado tem como política o acompanhamento diário da gestão das carteiras.

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices TR, IPCA, IGPM, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

Risco de liquidez

Refere-se à capacidade do conglomerado de monitorar o descasamento entre os prazos dos recebimentos dos ativos de crédito e aplicações financeiras "vis-à-vis" aos pagamentos das obrigações assumidas. A gestão desse risco deve estar normalizada, sendo estabelecidos limites de exposição, havendo acompanhamento diário dessa posição.

Risco de capital

O gerenciamento da estrutura de capital deve buscar a otimização da relação risco e retorno, alocando o capital em ativos de maior rentabilidade e menores riscos. O conglomerado tem por definição maximizar a utilização do seu capital, procurando obter a eficiência máxima na composição dos fatores que impactam seu capital e limites operacionais.

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicável, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de "swap", foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "Instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES A 31 DE DEZEMBRO E 30 DE NOVEMBRO DE 2010 E AO PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

| | Consolidado | | | |
|---|-------------|--------|-----------|--------|
| | Dez/2010 | % | Nov/2010 | % |
| Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal | 5.003.351 | 50,17 | 4.714.665 | 50,22 |
| Empréstimos em consignação | 1.116.145 | 11,19 | 962.151 | 10,25 |
| Operações de arrendamento mercantil | 1.058.576 | 10,62 | 1.073.304 | 11,43 |
| Financiamento a titulares de cartões de crédito (**) | 671.363 | 6,73 | 683.437 | 7,28 |
| Renegociações | 593.289 | 5,95 | 427.865 | 4,56 |
| Capital de giro | 315.297 | 3,16 | 296.703 | 3,16 |
| Conta garantia | 310.483 | 3,11 | 298.267 | 3,18 |
| Direitos creditórios adquiridos | 256.720 | 2,57 | 269.925 | 2,88 |
| Financiamento a titulares de cartões de créditos de terceiros (*) | 67.383 | 0,68 | 147.444 | 1,57 |
| Títulos descontados | 20.241 | 0,20 | 21.118 | 0,22 |
| Cheque especial | 12.483 | 0,13 | 12.009 | 0,13 |
| Outros | 862 | 0,01 | 980 | 0,01 |
| Total das operações de crédito e de arrendamento mercantil (***) | 9.426.193 | 94,52 | 8.907.868 | 94,89 |
| Outros créditos | 546.848 | 5,48 | 479.838 | 5,11 |
| Total | 9.973.041 | 100,00 | 9.387.706 | 100,00 |

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito administrados pela PanAmericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda.
(**) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard, administrados pelo Banco.
(***) Refere-se a valor presente.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento:

| Prazo | Banco | | | | Consolidado | | | |
|-----------------------------|-----------|--------|-----------|--------|-------------|---|----------|---|
| | Dez/2010 | | Nov/2010 | | Dez/2010 | | Nov/2010 | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Vencidos há mais de 14 dias | 867.587 | 12,69 | 902.015 | 14,39 | | | | |
| A vencer | | | | | | | | |
| A vencer até 30 dias | 791.167 | 11,57 | 713.272 | 11,38 | | | | |
| De 31 a 60 dias | 209.926 | 3,07 | 268.289 | 4,28 | | | | |
| De 61 a 90 dias | 205.603 | 3,01 | 202.367 | 3,23 | | | | |
| De 91 a 180 dias | 622.303 | 9,10 | 536.467 | 8,56 | | | | |
| De 181 a 360 dias | 824.045 | 12,05 | 800.013 | 12,77 | | | | |
| Acima de 360 dias | 3.316.821 | 48,51 | 2.844.587 | 45,39 | | | | |
| Total | 6.837.452 | 100,00 | 6.267.010 | 100,00 | | | | |
| Circulante | 3.520.631 | 51,49 | 3.422.423 | 54,61 | | | | |
| Longo prazo | 3.316.821 | 48,51 | 2.844.587 | 45,39 | | | | |

| Prazo | Banco | | | | Consolidado | | | |
|-----------------------------|-----------|--------|-----------|--------|-------------|---|----------|---|
| | Dez/2010 | | Nov/2010 | | Dez/2010 | | Nov/2010 | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Vencidos há mais de 14 dias | 1.017.807 | 10,21 | 1.048.552 | 11,17 | | | | |
| A vencer | | | | | | | | |
| A vencer até 30 dias | 1.031.557 | 10,34 | 967.936 | 10,31 | | | | |
| De 31 a 60 dias | 299.436 | 3,00 | 363.930 | 3,88 | | | | |
| De 61 a 90 dias | 294.577 | 2,95 | 293.749 | 3,13 | | | | |
| De 91 a 180 dias | 883.138 | 8,86 | 792.647 | 8,44 | | | | |
| De 181 a 360 dias | 1.273.793 | 12,77 | 1.250.518 | 13,32 | | | | |
| Acima de 360 dias | 5.172.733 | 51,87 | 4.670.374 | 49,75 | | | | |
| Total | 9.973.041 | 100,00 | 9.387.706 | 100,00 | | | | |
| Circulante | 4.800.308 | 48,13 | 4.717.332 | 50,25 | | | | |
| Longo prazo | 5.172.733 | 51,87 | 4.670.374 | 49,75 | | | | |

c) Composição da carteira por setor de atividade:

| Pessoa física | Banco | | | | Consolidado | | | |
|-----------------------------|-----------|--------|-----------|--------|-------------|---|----------|---|
| | Dez/2010 | | Nov/2010 | | Dez/2010 | | Nov/2010 | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Vencidos há mais de 14 dias | 5.762.308 | 84,28 | 5.221.646 | 83,32 | | | | |
| Comércio | 1.075.144 | 15,72 | 1.045.364 | 16,68 | | | | |
| Total | 6.837.452 | 100,00 | 6.267.010 | 100,00 | | | | |

| Pessoa física | Banco | | | | Consolidado | | | |
|-----------------------------|-----------|--------|-----------|--------|-------------|---|----------|---|
| | Dez/2010 | | Nov/2010 | | Dez/2010 | | Nov/2010 | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Vencidos há mais de 14 dias | 8.751.013 | 87,75 | 8.199.147 | 87,34 | | | | |
| Comércio | 1.222.028 | 12,25 | 1.188.559 | 12,66 | | | | |
| Total | 9.973.041 | 100,00 | 9.387.706 | 100,00 | | | | |

d) Composição da carteira de crédito por nível de risco:

| Nível | Banco | | | | | Consolidado | | | | |
|--------------------------|----------|-----------|----------|-----------|---------|-------------|-----------|-----------|-----------|----------|
| | Provisão | Requerida | A vencer | Vencidos | Total | Provisão | A vencer | Vencidos | Total | Provisão |
| | % | % | % | % | % | % | % | % | % | % |
| AA .. | - | 106.339 | - | 106.339 | - | 106.339 | - | 106.339 | - | - |
| A..... | 0,50 | 4.701.516 | 74.339 | 4.775.855 | 23.879 | 7.383.298 | 75.092 | 7.458.390 | 37.292 | - |
| B..... | 1,00 | 259.622 | 47.316 | 306.938 | 3.069 | 386.706 | 78.846 | 465.552 | 4.655 | - |
| C..... | 3,00 | 282.017 | 75.358 | 357.375 | 10.721 | 384.514 | 102.632 | 487.146 | 14.614 | - |
| D..... | 10,00 | 151.402 | 64.882 | 216.284 | 21.629 | 178.980 | 72.170 | 251.150 | 25.116 | - |
| E..... | 30,00 | 107.901 | 50.634 | 158.535 | 47.561 | 123.293 | 56.193 | 179.486 | 53.845 | - |
| F..... | 50,00 | 71.677 | 42.085 | 113.762 | 56.881 | 80.937 | 47.049 | 127.986 | 63.993 | - |
| G..... | 70,00 | 54.414 | 39.772 | 94.186 | 65.930 | 61.015 | 44.741 | 105.756 | 86.296 | - |
| H..... | 100,00 | 234.977 | 473.201 | 708.178 | 708.178 | 250.152 | 541.084 | 791.236 | 791.236 | - |
| Total | | 5.969.865 | 867.587 | 6.837.452 | 937.848 | 8.955.234 | 1.017.807 | 9.973.041 | 1.077.047 | - |
| % sobre o total de risco | | | | 13,72% | | | | 10,80% | | |

e) Concentração das operações de crédito:

| Maiores devedores | Banco | | | | Consolidado | | | | |
|---------------------------------|----------|-----------|----------|-----------|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | Provisão | Requerida | A vencer | Vencidos | Total | Provisão | A vencer | Vencidos | Total |
| | % | % | % | % | % | % | % | % | % |
| 10 maiores devedores | - | 112.625 | 337 | 112.962 | - | 112.625 | 337 | 112.962 | - |
| 50 seguintes maiores devedores | 0,50 | 4.133.904 | 78.682 | 4.212.586 | 21.063 | 6.692.585 | 79.492 | 6.772.077 | 33.860 |
| 100 seguintes maiores devedores | 1,00 | 221.506 | 49.889 | 271.395 | 2.714 | 374.627 | 73.494 | 448.121 | 4.481 |
| Demais devedores | 3,00 | 272.323 | 68.478 | 340.801 | 10.224 | 429.929 | 97.279 | 527.208 | 15.816 |
| Total | | 139.345 | 55.083 | 194.428 | 19.443 | 201.874 | 70.200 | 272.074 | 27.209 |
| 10 maiores devedores | 30,00 | 100.354 | 46.781 | 147.135 | 44.140 | 113.543 | 52.702 | 166.245 | 49.872 |
| 50 seguintes maiores devedores | 50,00 | 65.857 | 42.470 | 108.327 | 54.163 | 73.858 | 47.841 | 121.699 | 60.848 |
| 100 seguintes maiores devedores | 70,00 | 48.988 | 46.980 | 95.968 | 67.178 | 55.130 | 53.956 | 109.086 | 89.026 |
| Demais devedores | H..... | 270.094 | 513.314 | 783.408 | 783.408 | 284.984 | 573.250 | 858.234 | 858.234 |
| Total | | 5.364.996 | 902.014 | 6.267.010 | 1.002.333 | 8.339.155 | 1.048.551 | 9.387.706 | 1.139.346 |
| % sobre o total de risco | | | | 15,99% | | | | 12,14% | |

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi movimentada pelos seguintes eventos durante o mês de dezembro de 2010:

| | Banco | | | | Consolidado | | | |
|-----------------------------|--------------------------|--------------------|---------------------|-----------|--------------------------|--------------------|---------------------|-----------|
| | Operações de crédito (1) | Cessões de crédito | Outros créditos (2) | Total | Operações de crédito (1) | Cessões de crédito | Outros créditos (2) | Total |
| | | | | | | | | |
| Saldo inicial em 30/11/2010 | 1.002.333 | 113.030 | 15.086 | 1.130.449 | 1.002.333 | 113.030 | 15.086 | 1.130.449 |
| Provisão constituída | 12.295 | 5.400 | 770 | 18.465 | 12.295 | 5.400 | 770 | 18.465 |
| Baixas contra a provisão | (76.780) | - | - | (76.780) | (76.780) | - | - | (76.780) |
| Saldo final em 31/12/2010 | 937.848 | 118.430 | 15.856 | 1.072.134 | 937.848 | 118.430 | 15.856 | 1.072.134 |

(1) Inclui outros créditos com característica de concessão de crédito.
(2) Veja nota 10, item (b).

No Banco e no Consolidado as responsabilidades por cobragações referentes a créditos cedidos montam a R\$3.327.390 (R\$2.998.144 em novembro de 2010, no Banco e consolidado, respectivamente) valor presente apurado através das taxas dos contratos. O valor presente apurado pelas taxas dos contratos de cessão de crédito montam a R\$3.972.159 (R\$3.593.449 em novembro de 2010) para as quais foi registrada provisão para passivo contingente e outros (veja nota explicativa nº 21b) no montante de R\$118.430 (R\$113.030 em novembro de 2010), no Banco e Consolidado calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas. O resultado com cessões de crédito com cobragação no mês de dezembro de 2010 monta a R\$7.456 no mês de dezembro de 2010 e está registrado na rubrica "Rendas de Operações de Crédito", referindo-se a contratos de consignação.

No mês de dezembro de 2010, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no Banco e no Consolidado, nos montantes de R\$8.588 e R\$9.298 (sendo R\$8.588 de recuperação de crédito do Banco e R\$710 de recuperação de operação de arrendamento mercantil) respectivamente. No Banco e no Consolidado a carteira de créditos renegociados totalizam em R\$593.289 em 31 de dezembro de 2010 (R\$427.865 em novembro de 2010).

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

| | Banco | | Consolidado | |
|---|------------------------|-----------|-------------|-----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| | Cartões de crédito (a) | 562.217 | 493.769 | 562.217 |
| Crédito tributário (veja nota explicativa nº 22.a) | 1.430.764 | 1.407.300 | 1.759.805 | 1.736.657 |
| Imposto de renda a compensar | 43.851 | 43.851 | 45.751 | 45.514 |
| Valores a receber de empregadores referentes a empréstimos em consignação (b) | 19.614 | 22.986 | 19.614 | 22.986 |
| Valores a receber por cessão de créditos (c) | 189.296 | 189.604 | 189.296 | 189.604 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 29.073 | 34.693 | 38.551 | 43.783 |
| Valores a receber de sociedades ligadas (veja nota explicativa nº 26.c) | 132.734 | 18.651 | 118.345 | 18.656 |
| Valores a receber de bens leiloados | 1.177 | 3.615 | 1.433 | 5.329 |
| Títulos e créditos a receber | 1.242 | 410 | 6.817 | 3.096 |
| Valores a receber c/ vendas de direitos creditórios sobre operações de arrendamento mercantil (c) | - | - | 91.090 | 110.349 |
| Outros | 120.369 | 41.720 | 130.527 | 48.701 |
| Total | 2.530.337 | 2.256.599 | 2.963.446 | 2.718.444 |
| Circulante | 1.190.347 | 985.767 | 1.389.402 | 1.214.620 |
| Longo prazo | 1.339.990 | 1.270.832 | 1.574.044 | 1.503.824 |

a) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram.
b) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco, por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vem sendo negociados pelo Banco. O Banco está constituindo provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 é R\$15.856 (R\$15.086 em novembro de 2010).
c) Refere-se a valores a receber oriundos da venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil.

11. OUTROS VALORES E BENS

| | Banco | | Consolidado | |
|--|-----------|-----------|-------------|-----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Veículos | 140.680 | 148.255 | 152.724 | 160.893 |
| Veículos em regime especial | 49.802 | 48.460 | 52.938 | 51.546 |
| Outros | 668 | 595 | 668 | 595 |
| Total dos bens não de uso próprio | 191.150 | 197.310 | 206.330 | 213.034 |
| Outros bens | 1.507 | 1.888 | 1.507 | 1.888 |
| Total de outros valores e bens | 192.657 | 199.198 | 207.837 | 214.922 |
| Provisão para desvalorização dos bens não de uso próprio | (117.022) | (120.822) | (126.032) | (123.157) |
| Total líquido | 75.635 | 78.376 | 81.805 | 91.765 |

b) Despesas antecipadas

| | Banco | | Consolidado | |
|---|----------|----------|-------------|----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Comissões pagas a lojistas e promotoras | 137.044 | 121.702 | 320.328 | 304.938 |
| Gastos na emissão de títulos no exterior | 22.268 | 22.793 | 22.268 | 22.793 |
| Despesas de comercialização da Seguradora | - | - | 3.058 | 3.043 |
| Outras despesas antecipadas | 2.502 | 2.451 | 2.502 | 2.451 |
| Total | 161.814 | 146.946 | 348.156 | 333.225 |
| Circulante | 61.493 | 40.297 | 127.610 | 105.491 |
| Longo prazo | | | | |



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES A 31 DE DEZEMBRO E 30 DE NOVEMBRO DE 2010 E AO PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

20. RECURSOS DE DEBÊNTURES EMITIDOS PELA CONTROLADA PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
Em 1º de dezembro de 2010, ocorreu o vencimento e a liquidação das 12.500 debêntures não conversíveis em ações, (em novembro de 2010, o Banco possuía 301.835 debêntures) e foram atualizadas com base em juros equivalentes a 108% da taxa dos depósitos interfinanceiros.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

| | Banco | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (veja nota explicativa nº 22.a) | 7.487 | 7.261 | 204.989 | 201.711 |
| Obrigações legais relativas a questionamentos fiscais (veja nota explicativa nº 23.a) | 367.604 | 343.057 | 420.751 | 395.008 |
| Impostos e contribuições - serviços de terceiros | 8.332 | 7.787 | 8.571 | 8.043 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | - | - | - | 1.645 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre títulos de renda fixa | 417 | 503 | 417 | 503 |
| Imposto Sobre Serviços - ISS | 1.090 | 1.557 | 1.811 | 2.332 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 871 | 610 | 994 | 727 |
| Impostos e contribuições sobre salários | 310 | 475 | 450 | 570 |
| Programa de Integração Social - PIS | 141 | 99 | 168 | 124 |
| Refis - Lei 11.941/2009 (*) | 36.948 | 36.948 | 39.435 | 37.373 |
| Outros | - | - | 2.021 | 2.401 |
| Total | 423.200 | 398.297 | 679.607 | 650.437 |
| Circulante | 20.951 | 20.821 | 24.724 | 26.647 |
| Longo prazo | 402.249 | 377.476 | 654.883 | 623.790 |

(*) O Banco PanAmericano e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos a pessoa física, no montante de R\$34.558 no Banco e Consolidado; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL no montante de R\$2.149 no Banco e Consolidado; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal - FINOR sendo R\$241 no Banco e R\$943 no Consolidado; (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL no montante R\$893 no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2010 o processo de adesão ao REFIS continua sob análise da Receita Federal do Brasil para consolidação das dívidas e a efetivação das quitações dos respectivos débitos fiscais.

b) Diversas

| | Banco | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Captação de recursos através de FIDCs - conforme detalhes na nota explicativa nº 3 | - | - | 1.140.273 | 1.229.289 |
| Obrigações por venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil | - | - | 334.972 | 313.430 |
| Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões de crédito | 523.191 | 450.968 | 523.191 | 450.968 |
| Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (veja nota explicativa nº 9) | 118.430 | 113.030 | 118.430 | 113.030 |
| Valores a pagar (veja nota explicativa nº 26.c) | 336.881 | 21.966 | 231.702 | 14.625 |
| Valores a pagar a lojistas | 29.917 | 23.854 | 29.917 | 23.854 |
| Provisão para passivos contingentes (veja nota explicativa nº 23.b) | 95.624 | 85.134 | 113.551 | 105.707 |
| Arrecadação de cobrança | 44.585 | 54.885 | 44.585 | 54.885 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 20.921 | 25.952 | 26.147 | 31.310 |
| Cheques administrativos | 584 | 291 | 584 | 291 |
| Valores específicos de grupos de consórcio | - | - | 8.799 | 8.753 |
| Depósitos de terceiros | - | - | 86 | 291 |
| Outros | 66.521 | 51.182 | 73.174 | 57.520 |
| Total | 1.236.654 | 827.262 | 2.645.311 | 2.403.953 |
| Circulante | 1.141.030 | 742.128 | 2.394.468 | 1.593.323 |
| Longo prazo | 95.624 | 85.134 | 250.843 | 810.630 |

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

| | Banco | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Ativo | | | | |
| Sobre Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs (*) | - | - | 132.546 | 138.975 |
| Sobre prejuízos fiscais | 968.263 | 968.263 | 1.129.628 | 1.123.734 |
| Sobre diferenças temporárias | 462.501 | 439.037 | 497.631 | 473.948 |
| Sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa | 233.490 | 241.828 | 241.676 | 249.268 |
| Sobre provisão de ações civis | 29.216 | 28.420 | 32.393 | 32.867 |
| Sobre provisão de ações fiscais | 138.995 | 129.206 | 159.250 | 148.983 |
| Sobre provisão de ações trabalhistas | 1.321 | 312 | 2.616 | 1.647 |
| Sobre provisão de ações tributárias | 6.771 | 3.826 | 8.988 | 5.738 |
| Sobre provisão de MTM | 52.708 | 35.445 | 52.708 | 35.445 |
| Total classificado em outros créditos | 1.430.764 | 1.407.300 | 1.759.805 | 1.736.657 |
| Passivo | | | | |
| Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação classificados em outras obrigações fiscais e previdenciárias no exigível a longo prazo | - | - | 197.502 | 194.450 |
| Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos classificados em outras obrigações fiscais e previdenciárias no exigível a longo prazo | 7.487 | 7.261 | 7.487 | 7.261 |
| Total | 7.487 | 7.261 | 204.989 | 201.711 |

(*) Inclui o PIS e a Cofins sobre os lucros não realizados, conforme detalhes na nota explicativa nº 3.

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

| | Banco | | | Consolidado | | |
|------------------------------------|----------|----------|-----------|-------------|----------|-----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Total | Dez/2010 | Nov/2010 | Total |
| Saldo inicial em 30/11/10 | 886.048 | 521.252 | 1.407.300 | 1.134.566 | 602.091 | 1.736.657 |
| (+) Constituição de créditos | 24.534 | 14.722 | 39.256 | 31.568 | 17.099 | 48.667 |
| (-) Realização de créditos | (9.655) | (6.137) | (15.792) | (15.805) | (9.714) | (25.519) |
| Saldo final em 31/12/10 | 900.927 | 529.837 | 1.430.764 | 1.150.329 | 609.476 | 1.759.805 |

c) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

| | Banco | | | Consolidado | | |
|------------------------------------|----------|----------|-------|-------------|----------|---------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Total | Dez/2010 | Nov/2010 | Total |
| Saldo inicial em 30/11/10 | 4.538 | 7.273 | 7.261 | 198.987 | 2.723 | 201.710 |
| (+) Constituição de passivos | 141 | 85 | 226 | 3.194 | 85 | 3.279 |
| Saldo final em 31/12/10 | 4.679 | 2.808 | 7.487 | 202.181 | 2.808 | 204.989 |

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apresentado pelo Conselho de Administração, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos:

| Ano | Banco | | Banco | | Consolidado | | Consolidado | |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|----------------|----------------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| 2011 | 217.074 | 225.394 | 54.665 | 54.665 | 271.739 | 280.059 | 3.251 | 3.001 |
| 2012 | 84.046 | 64.899 | 31.809 | 31.809 | 115.855 | 96.708 | 4.829 | 4.373 |
| 2013 | 7.462 | 6.513 | 72.253 | 72.253 | 79.715 | 78.766 | 263 | 246 |
| 2014 | 7.462 | 6.513 | 93.626 | 93.626 | 101.088 | 100.139 | 480 | 439 |
| 2015 | 7.462 | 6.513 | 113.150 | 113.150 | 120.612 | 119.663 | 1.534 | 1.856 |
| 2016 | - | - | 127.822 | 127.822 | 127.822 | 127.822 | 10.357 | 9.915 |
| 2017 | - | - | 144.015 | 144.015 | 144.015 | 144.015 | - | - |
| 2018 | - | - | 156.713 | 156.713 | 156.713 | 156.713 | - | - |
| 2019 | - | - | 174.210 | 174.210 | 174.210 | 174.210 | - | - |
| 2020 | 138.995 | 129.205 | - | - | 138.995 | 129.205 | - | - |
| Total | 462.501 | 439.037 | 968.263 | 968.263 | 1.430.764 | 1.407.300 | 129.385 | 127.393 |

Em 31 de dezembro de 2010, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$834.473 no Banco e R\$1.048.257 no consolidado (R\$821.507 no Banco e R\$1.035.896 no consolidado em novembro de 2010).

e) Créditos tributários não registrados em controladas:

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco PanAmericano, possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$1.732.674 e R\$1.733.094 no Consolidado (R\$1.634.451 no Banco PanAmericano e R\$1.634.623 no Consolidado em novembro de 2010), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$693.069 no Banco PanAmericano e R\$693.237 no Consolidado (R\$653.780 no Banco PanAmericano e R\$653.849 no Consolidado em novembro de 2010), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

f) Os encargos com imposto de renda e contribuição social, no mês de dezembro de 2010, estão assim demonstrados:

| | Banco | | Consolidado | |
|---|-----------|-----------|-------------|-----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações de acionistas minoritários | (165.481) | (157.467) | (165.481) | (157.467) |
| Alíquota efetiva (*) | 40% | 40% | 40% | 40% |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (veja nota explicativa nº 4.t) | 66.192 | 62.987 | 66.192 | 62.987 |
| Efeito das adições (exclusões) no resultado do ano: | (3.588) | - | (3.588) | - |
| Resultado de participação em coligadas e controladas | (39.366) | (39.204) | (39.366) | (39.204) |
| Crédito tributário não ativado | 23.238 | 23.783 | 23.238 | 23.783 |

(*) No Consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude da alíquota diferenciada para a PanAmericano Administradora de Consórcio Ltda.

23. OBRIGAÇÕES CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Obrigações legais

Referem-se a provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS no montante de R\$367.604 (R\$343.057 em novembro de 2010) no Banco e R\$420.751 (R\$395.008 em novembro de 2010) no Consolidado, que vem sendo questionadas judicialmente, e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. O Banco e suas controladas estão questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98 e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são possíveis.

b) Provisão para contingências

O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos de naturezas cíveis e trabalhistas, representados por ações de danos morais e reclamações trabalhistas diversas. As respectivas provisões são constituídas conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 4, que leva em consideração as avaliações e posicionamentos dos assessores jurídicos que patrocinam as ações. A movimentação das provisões constituídas no mês de dezembro de 2010 estão assim representadas:

| | Banco | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|-------------------------|-------------------|
| | Trabalhistas Dez/2010 | Cíveis Dez/2010 | Tributárias Dez/2010 | Total Dez/2010 |
| Saldos no início do período | 2.684 | 72.885 | 9.565 | 85.134 |
| Constituições | 963 | 2.163 | 7.363 | 10.490 |
| Saldos no fim do período | 3.647 | 75.048 | 16.928 | 95.624 |

| | Consolidado | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|-------------------------|-------------------|
| | Trabalhistas Dez/2010 | Cíveis Dez/2010 | Tributárias Dez/2010 | Total Dez/2010 |
| Saldos no início do período | 6.586 | 84.777 | 14.344 | 105.707 |
| Constituições | 823 | (1.394) | 8.315 | 7.744 |
| Saldos no fim do período | 7.409 | 83.383 | 22.659 | 113.451 |

A posição das ações em aberto possuem a seguinte classificação de risco:

| | Banco | | | |
|-------------------------------|----------------------------|--------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| | Quantidade de processos | Valor reclamado Dez/2010 | Valor provisionado | Valor provisionado Nov/2010 |
| Classificação de risco | | | | |
| Perda provável: | | | | |
| Trabalhistas (b) | 77 | 16.096 | 2.852 | 5 |
| Cíveis | 591 | 156.528 | 17.356 | 17.156 |
| Tributárias | 127 | 6.960 | 6.960 | 9.565 |
| Subtotal | 795 | 179.584 | 27.168 | 26.726 |
| Perda possível: | | | | |
| Trabalhistas | 253 | 10.851 | 795 | 2.628 |
| Cíveis | 25.075 | 423.896 | 57.693 | 53.751 |
| Tributárias (a) | 77 | 19.937 | 9.968 | - |
| Subtotal | 25.405 | 454.684 | 68.456 | 56.379 |
| Perda remota: | | | | |
| Trabalhistas | 4 | 778 | - | 51 |
| Cíveis | 21.331 | 192.779 | - | 1.978 |
| Tributárias | - | - | - | - |
| Subtotal | 21.335 | 193.557 | - | 2.030 |
| Total | 47.535 | 827.825 | 95.624 | 85.134 |

| | Consolidado | | | |
|-------------------------------|----------------------------|--------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| | Quantidade de processos | Valor reclamado Dez/2010 | Valor provisionado | Valor provisionado Nov/2010 |
| Classificação de risco | | | | |
| Perda provável: | | | | |
| Trabalhistas (b) | 112 | 20.208 | 6.126 | 14 |
| Cíveis | 651 | 174.062 | 19.737 | 22.524 |
| Tributárias | 222 | 18.378 | 12.691 | 14.344 |
| Subtotal | 985 | 212.648 | 38.554 | 36.882 |
| Perda possível: | | | | |
| Trabalhistas | 315 | 21.898 | 1.284 | 6.521 |
| Cíveis | 26.684 | 448.759 | 63.645 | 60.275 |
| Tributárias (a) | 77 | 19.937 | 9.968 | - |
| Subtotal | 27.076 | 490.594 | 74.897 | 66.796 |
| Perda remota: | | | | |
| Trabalhistas | 8 | 1.287 | - | 51 |
| Cíveis | 23.103 | 231.353 | - | 1.978 |
| Tributárias | - | - | - | - |
| Subtotal | 23.111 | 232.640 | - | 2.029 |
| Total | 51.172 | 935.882 | 113.451 | 105.707 |

(a) Aumento relativo a reclassificação do risco das ações de ISS - Imposto Sobre Serviço de remota para possíveis, com provisão de 50%.

(b) Aumento relativo a reclassificação do risco das ações trabalhistas de possível para provável.

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES A 31 DE DEZEMBRO E 30 DE NOVEMBRO DE 2010 E AO PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2010:

| | Ações Ordinárias | Ações Ordinárias (%) | Ações Preferenciais | Ações Preferenciais (%) | Total de ações | Total de ações (%) |
|--------------------------|------------------|----------------------|---------------------|-------------------------|----------------|--------------------|
| Acionistas | | | | | | |
| BF Utilidades | | | | | | |
| Domésticas Ltda. | 913.242 | 0,69 | - | - | 913.242 | 0,37 |
| Silvio Santos | | | | | | |
| Participações Ltda. | 66.346.081 | 50,31 | 24.712.286 | 21,97 | 91.058.367 | 37,27 |
| Caixa Participações S.A. | | | | | | |
| - CAIXAPAR | 64.621.695 | 49,00 | 24.712.286 | 21,97 | 89.333.981 | 36,56 |
| No Mercado | 10 | - | 63.038.340 | 56,06 | 63.038.350 | 25,80 |
| Total | 131.881.028 | 100,00 | 112.462.912 | 100,00 | 244.343.940 | 100,00 |

c) Saldo com partes relacionadas

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

| | Banco | | |
|---|--------------------------|--------------------------|------------------------------|
| | Dez/2010 Ativo (passivo) | Nov/2010 Ativo (passivo) | Dez/2010 Receitas (despesas) |
| Aplicação interfinanceira de liquidez (a) | | | |
| Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. | 794.489 | 306.621 | 2.405 |
| Total | 794.489 | 306.621 | 2.405 |
| Títulos e valores mobiliários (b) | | | |
| Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. | - | - | 131 |
| Autopan FIDC | 314.840 | 290.938 | 4.403 |
| Master Panamericano FIDC | 853.386 | 805.603 | 13.783 |
| FIDC FF Multisegmentos | 39.304 | 42.622 | (1.753) |
| FIDC F BP | 52.663 | - | (1.214) |
| Total | 1.260.193 | 1.139.163 | 15.350 |
| Outros créditos - Arrecadações de cobrança (c) | | | |
| Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. | 1 | 4 | - |
| Panamericana Prestadora de Serviços Ltda. | 5 | 127 | - |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | 118.337 | 18.520 | - |
| Panamericana de Seguros S.A. | 14.391 | - | - |
| Total | 132.734 | 18.651 | - |
| Depósitos à vista (d) | | | |
| Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. | (1.988) | (3.159) | - |
| Panamericano DTVM S.A. | (129) | (1.388) | - |
| Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. | (719) | (489) | - |
| Panamericana de Seguros S.A. | (476) | (620) | - |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | (1.012) | (212) | - |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | (7.183) | (2.269) | - |
| Panseg Promoções e Vendas Ltda. | (493) | (699) | - |
| Vimave Comércio de Eletro - Eletrônicos Ltda. | (4) | (4) | - |
| Vimave Vila Maria Veículos Ltda. | (7) | (9) | - |
| Vimave Pacaembu Veículos Ltda. | (11) | (11) | - |
| Liderança Capitalização S.A. | (2) | (2) | - |
| BF Utilidades Domésticas Ltda. | (5) | (5) | - |
| TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. | (2) | (2) | - |
| Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. | (6) | (6) | - |
| SSF Fomento Comercial Ltda. | (17) | (20) | - |
| Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda. | (182) | (323) | - |
| Silvio Santos Participações Ltda. | (3) | (3) | - |
| Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda. | (76) | (115) | - |
| Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda. | (8) | (8) | - |
| Galeano de Almeida Open View-Emp. Imob. Ltda. | (7) | (7) | - |
| GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda. | (1) | (1) | - |
| Hotel Jequití Ltda. | (48) | (79) | - |
| Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. | (321) | (255) | - |
| Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda. | (1) | (1) | - |
| Total | (12.701) | (9.687) | - |
| Depósitos interfinanceiros (e) | | | |
| Panamericano DTVM S.A. | (6.738) | (8.252) | (86) |
| Total | (6.738) | (8.252) | (86) |
| Depósitos a prazo (f) | | | |
| Pessoal chave da administração | (3.328) | (1.070) | (32) |
| Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. | (3.128) | (3.098) | (27) |
| Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda. | (6.877) | (6.363) | (64) |
| Panseg Promoções e Vendas Ltda. | (9) | (9) | - |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | - | (11.627) | (54) |
| BF - Utilidades Domésticas Ltda. | (808) | (803) | (9) |
| Vimave Vila Maria Veículos Ltda. | (1.102) | (1.091) | (11) |
| Vimave Pacaembu Veículos Ltda. | (230) | (227) | (2) |
| SSF Fomento Comercial Ltda. | (199) | (197) | (1) |
| TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. | (14.349) | (14.201) | (148) |
| Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. | (1.152) | (2.169) | (18) |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | (9.041) | - | (41) |
| Total | (40.223) | (40.855) | (407) |
| Outras obrigações (i) | | | |
| Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. | (89.909) | (727) | - |
| Panamericano DTVM S.A. | (800) | - | - |
| Panamericana de Seguros S.A. | (16.071) | (6.970) | - |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | (6.402) | - | - |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | (222.786) | (12.809) | - |
| Panseg Promoções e Vendas Ltda. | (913) | (1.460) | - |
| Total | (336.881) | (21.966) | - |
| Outras despesas administrativas (j) | | | |
| Panamericano DTVM S.A. | - | - | (800) |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | - | - | (13.300) |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | - | - | (10.124) |
| BF Utilidades Domésticas Ltda. | - | - | (8) |
| Hotel Jequití Ltda. | - | - | (1) |
| Promolider Promotora de Vendas Ltda. | - | - | (22) |
| Silvio Santos Participações Ltda. | - | - | (4) |
| TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. | - | - | (20) |
| GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda. | - | - | (276) |
| Panamericana de Seguros S.A. | - | - | (176) |
| Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda. | - | - | (25) |
| SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda. | - | - | (2) |
| Total | - | - | (24.758) |
| Resultado obtido na cessão de crédito (k) | | | |
| FIDC F BP | - | - | 43.824 |
| Total | - | - | 43.824 |
| Resumo por conta | | | |
| Aplicação interfinanceira de liquidez (a) | 794.489 | 306.621 | 2.405 |
| Títulos e valores mobiliários (b) | 1.260.193 | 1.139.163 | 15.350 |
| Outros créditos - Arrecadações de cobrança (c) | 132.734 | 18.651 | - |
| Depósitos à vista (d) | (12.701) | (9.687) | - |
| Depósitos interfinanceiros (e) | (6.738) | (8.252) | (86) |
| Depósitos a prazo (f) | (40.223) | (40.855) | (407) |
| Outras obrigações (i) | (136.881) | (21.966) | - |
| Outras despesas administrativas (j) | - | - | (24.758) |
| Resultado obtido na cessão de crédito (k) | - | - | 43.824 |
| Total | 1.990.873 | 1.383.675 | 36.328 |

Outros créditos - Arrecadação de cobrança (c)

| | | | |
|--|---------|--------|---|
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | 5 | 127 | - |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | 118.340 | 18.529 | - |
| Total | 118.345 | 18.656 | - |

Depósitos à vista (d)

| | | | |
|--|----------|---------|---|
| Panamericano DTVM S.A. | (129) | (1.388) | - |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | (1.012) | (212) | - |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | (7.183) | (2.269) | - |
| Panseg Promoções e Vendas Ltda. | (493) | (699) | - |
| Vimave Comércio de Eletro - Eletrônicos Ltda. | (4) | (4) | - |
| Vimave Vila Maria Veículos Ltda. | (7) | (9) | - |
| Vimave Pacaembu Veículos Ltda. | (11) | (11) | - |
| Liderança Capitalização S.A. | (2) | (2) | - |
| BF Utilidades Domésticas Ltda. | (5) | (5) | - |
| TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. | (2) | (2) | - |
| Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. | (6) | (6) | - |
| SSF Fomento Comercial Ltda. | (17) | (20) | - |
| Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda. | (182) | (323) | - |
| Silvio Santos Participações Ltda. | (3) | (3) | - |
| Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda. | (76) | (115) | - |
| Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda. | (8) | (8) | - |
| Galeano de Almeida Open View-Emp. Imob. Ltda. | (7) | (7) | - |
| GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda. | (1) | (1) | - |
| Hotel Jequití Ltda. | (48) | (79) | - |
| Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. | (321) | (255) | - |
| Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda. | (1) | (1) | - |
| Total | (12.701) | (9.687) | - |

Depósitos interfinanceiros (e)

| | | | |
|-----------------------------|---------|---------|------|
| Panamericano DTVM S.A. | (6.738) | (8.252) | (86) |
| Total | (6.738) | (8.252) | (86) |

Depósitos a prazo (f)

| | | | |
|---|----------|----------|-------|
| Pessoal chave da administração | (3.328) | (1.070) | (32) |
| Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. | (3.128) | (3.098) | (27) |
| Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda. | (6.877) | (6.363) | (64) |
| Panseg Promoções e Vendas Ltda. | (9) | (9) | - |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | - | (11.627) | (54) |
| BF - Utilidades Domésticas Ltda. | (808) | (803) | (9) |
| Vimave Vila Maria Veículos Ltda. | (1.102) | (1.091) | (11) |
| Vimave Pacaembu Veículos Ltda. | (230) | (227) | (2) |
| SSF Fomento Comercial Ltda. | (199) | (197) | (1) |
| TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. | (14.349) | (14.201) | (148) |
| Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. | (1.152) | (2.169) | (18) |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | (9.041) | - | (41) |
| Total | (40.223) | (40.855) | (407) |

Outras obrigações (i)

| | | | |
|--|-----------|----------|---|
| Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. | (89.909) | (727) | - |
| Panamericano DTVM S.A. | (800) | - | - |
| Panamericana de Seguros S.A. | (16.071) | (6.970) | - |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | (6.402) | - | - |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | (222.786) | (12.809) | - |
| Panseg Promoções e Vendas Ltda. | (913) | (1.460) | - |
| Total | (336.881) | (21.966) | - |

Outras despesas administrativas (j)

| | | | |
|---|---|---|----------|
| Panamericano DTVM S.A. | - | - | (800) |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | - | - | (13.300) |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | - | - | (10.124) |
| BF Utilidades Domésticas Ltda. | - | - | (8) |
| Hotel Jequití Ltda. | - | - | (1) |
| Promolider Promotora de Vendas Ltda. | - | - | (22) |
| Silvio Santos Participações Ltda. | - | - | (4) |
| TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. | - | - | (20) |
| GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda. | - | - | (276) |
| Panamericana de Seguros S.A. | - | - | (176) |
| Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda. | - | - | (25) |
| SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda. | - | - | (2) |
| Total | - | - | (24.758) |

Resultado obtido na cessão de crédito (k)

| | | | |
|-----------------|---|---|--------|
| FIDC F BP | - | - | 43.824 |
| Total | - | - | 43.824 |

Resumo por conta

| | | | |
|--|-----------|-----------|----------|
| Aplicação interfinanceira de liquidez (a) | 794.489 | 306.621 | 2.405 |
| Títulos e valores mobiliários (b) | 1.260.193 | 1.139.163 | 15.350 |
| Outros créditos - Arrecadações de cobrança (c) | 132.734 | 18.651 | - |
| Depósitos à vista (d) | (12.701) | (9.687) | - |
| Depósitos interfinanceiros (e) | (6.738) | (8.252) | (86) |
| Depósitos a prazo (f) | (40.223) | (40.855) | (407) |
| Outras obrigações (i) | (136.881) | (21.966) | - |
| Outras despesas administrativas (j) | - | - | (24.758) |
| Resultado obtido na cessão de crédito (k) | - | - | 43.824 |
| Total | 1.990.873 | 1.383.675 | 36.328 |

Outros créditos - Arrecadação de cobrança (c)

| | | | |
|--|---------|--------|---|
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | 5 | 127 | - |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | 118.340 | 18.529 | - |
| Total | 118.345 | 18.656 | - |

Depósitos à vista (d)

| | | | |
|--|---------|---------|---|
| Panamericano DTVM S.A. | (129) | (1.388) | - |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | (1.012) | (212) | - |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | (7.183) | (2.269) | - |
| Panseg Promoções e Vendas Ltda. | (493) | (699) | - |
| Vimave Comércio de Eletro - Eletrônicos Ltda. | (4) | (4) | - |
| Vimave Vila Maria Veículos Ltda. | (7) | (9) | - |
| Vimave Pacaembu Veículos Ltda. | (11) | (11) | - |
| Liderança Capitalização S.A. | (2) | (2) | - |
| BF Utilidades Domésticas Ltda. | (5) | (5) | - |
| TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. | (2) | (2) | - |
| Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. | (6) | (6) | - |
| SSF Fomento Comercial Ltda. | (17) | (20) | - |
| Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda. | (182) | (323) | - |
| Silvio Santos Participações Ltda. | (3) | (3) | - |
| Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda. | (76) | (115) | - |
| Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda. | (8) | (8) | - |
| Galeano de Almeida Open View-Emp. Imob. Ltda. | (7) | (7) | - |
| GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda. | (1) | (1) | - |
| Hotel Jequití Ltda. | (48) | (79) | - |
| Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. | (321) | (255) | - |
| Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda. | (1) | (1) | - |
| Total | (9.518) | (5.419) | - |

Depósitos interfinanceiros (e)

| | | | |
|-----------------------------|---------|---------|------|
| Panamericano DTVM S.A. | (6.738) | (8.252) | (86) |
| Total | (6.738) | (8.252) | (86) |

Depósitos a prazo (f)

| | | | |
|--|----------|----------|-------|
| Pessoal chave da administração | (3.328) | (1.070) | (32) |
| Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda. | (6.877) | (6.363) | (64) |
| Panseg Promoções e Vendas Ltda. | (9) | (9) | - |
| Panamericano Prestadora de Serviços Ltda. | - | (11.627) | (54) |
| BF Utilidades Domésticas Ltda. | (808) | (803) | (9) |
| Vimave Vila Maria Veículos Ltda. | (1.102) | (1.091) | (11) |
| Vimave Pacaembu Veículos Ltda. | (230) | (227) | (2) |
| SSF Fomento Comercial Ltda. | (199) | (197) | (1) |
| TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. | (14.349) | (14.201) | (148) |
| Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. | (1.152) | (2.169) | (18) |
| Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda. | (9.041) | - | (41) |
| Total | (37.095) | (37.757) | (380) |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES A 31 DE DEZEMBRO E 30 DE NOVEMBRO DE 2010 E AO PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

de créditos sem coobrigação, o que reforça a liquidez e a estrutura de capital, com impactos positivos na exigência de capital regulatório, nos limites operacionais e na geração de resultado. Das medidas com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez, citamos o comprometimento acordado pela CAIXA de adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem coobrigação. Essas cessões serão suportadas por limite de crédito de R\$8,0 bilhões (oito bilhões), além do reforço de liquidez através de depósitos interfinanceiros (DI), que será suportado por limite de crédito de até R\$2,0 bilhões (dois bilhões). Ressaltamos que não haverá qualquer subsídio implícito nessas operações. Outras medidas já firmadas no mês de janeiro de 2011, afetarão positivamente a estrutura de liquidez e capital regulatório do Banco, a exemplo da contratação de operação de Cessão de Direitos Creditórios, sem coobrigação, junto ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC, no montante de até R\$3,5 bilhões e de depósito em conta vinculada de acionistas para recomposição do Patrimônio, no valor de R\$1,3 bilhão. Do valor a ser recebido do FGC pela cessão de crédito, será destinado a depósito em conta vinculada junto ao Banco Central do Brasil, montante suficiente para suprir a deficiência verificada, de forma a restabelecer o enquadramento nos padrões mínimos de capital e nos limites operacionais, observado ao disposto no §4º do art. 2º da Resolução CMN nº 3.398/06. Como consequência dessas ações, haverá recomposição do Patrimônio de Referência nível 1, portanto, menor impacto advindo da exclusão dos créditos tributários e o aproveitamento de parte do capital de nível 2 disponível, cabendo destacar que a redução da carteira de crédito pela cessão ao FGC sem coobrigação também acarretará a redução do Patrimônio de Referência Exigido. Nesse contexto, considerando as medidas em curso, os negócios já realizados pelo Banco no mês de janeiro, o suporte oferecido pela CAIXA, BTG Pactual e FGC e o depósito a ser efetuado conforme comentado no parágrafo anterior, a situação de desenquadramento dos limites operacionais observada será revertida até o final do mês de fevereiro de 2011.

| Strutura de Capital | Sigla | Dez/2010 | Nov/2010 |
|--|-------|-------------|-------------|
| 1 Patrimônio de Referência | PR | (888.755) | (472.242) |
| 1.1 Nível I | PR I | (888.755) | (472.242) |
| 2 Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco | PEPR | 1.315.898 | 1.264.883 |
| 3 Parcela de Juros (Pré Fixados) | PJUR1 | 38.977 | 52.475 |
| 4 Parcela do Risco Operacional | POPR | 348.567 | 348.567 |
| 5 Patrimônio de Referência Exigido (2 + 3 + 4) | PRE | 1.703.442 | 1.665.925 |
| 6 Parcela do Risco das Posições Banking | RBAN | 75.421 | 75.538 |
| 7 Valor da Margem (1 - 5 - 6) | | (2.667.618) | (2.213.705) |
| Índice de Basileia (1 x 100) / (5 / 0,11) | | (5,74%) | (3,12%) |

34. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$20.062 (R\$31.139 em novembro de 2010).
b) O resultado não operacional compõe-se, substancialmente, de prejuízo na venda de bens não de uso próprio no montante de R\$17.032 no Banco e R\$17.103 no Consolidado.
c) O Banco e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.
d) Em 31 de dezembro e 30 de novembro de 2010 o Banco e suas controladas não possuem contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias.

35. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

As instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e avançaram regulamentados pelo Bacen, os quais são definidos e autorizados pela Administração. As operações e seus respectivos instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras: • Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e • Carteira Banking: operações não classificadas na Carteira Trading. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais hedges.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking), conforme as determinações da Instrução CVM nº 475/08. Os resultados reproduzem os potenciais impactos das exposições financeiras das Carteiras (principalmente do fator taxa de juros), em situação de estresse. Entretanto não implicam necessariamente em realização de prejuízo

na carteira ou tábtil para o Banco, porque os instrumentos financeiros (principalmente as operações de crédito) classificadas em Carteira Trading e Banking, são realizados em seus respectivos vencimentos, não sendo transacionados de forma frequente, esta característica mitiga o fator de risco taxa de juros. Para o controle de sua liquidez e do risco de mercado, a instituição realiza operações de cessões de créditos para outras instituições financeiras, em caráter definitivo. Esta estratégia determina a classificação de parcela substancial das operações de crédito na Carteira Trading, atendendo as normas do Banco Central que prevêm a intenção de negociação. Como resultado desta classificação o montante do Capital Exigido para o risco de mercado é majorado.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários abaixo, e não consideramos os seus efeitos sobre a Provisão para Imposto de Renda, sempre considerando que estes impactos afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: com base nas informações de mercado de 30/12/2010 (BM&FBovespa), foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$1,68; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 12,05% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 2,55%, e o cupom de IPCA de 1 ano foi de 5,81% a.a.

Cenário 2: foram determinados choques de 25% com base no mercado de 30/12/2010. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,08; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 15,05% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 3,17%; e a taxa do cupom de IPCA de 1 ano foi de 7,25% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; Cenário 3: foram determinados choques de 50% com base no mercado de 30/12/2010. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,50; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 18,06% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 3,80%; e a taxa do cupom de IPCA de 1 ano foi de 8,70% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Análise de Sensibilidade em 31 de dezembro de 2010

| Fator de Risco | Carteira Trading e Banking | | | |
|-------------------------------------|---|--------------|-------------------------|--------------|
| | Exposições sujeitas a variações | Provável (I) | Cenários Possíveis (II) | Remoto (III) |
| Taxa de Juros Prefixada (PRE) | De taxa de juros prefixada (aumento) | (674) | (191.704) | (363.249) |
| Moeda Estrangeira | Cambial (redução) | (667) | (16.665) | (33.331) |
| Cupom Cambial | De taxas de cupons de dólar (redução) | (46) | (5.984) | (11.229) |
| Cupom de índices de preços | De taxas de cupons de índices de preços (redução) | (86) | (12.333) | (23.974) |
| Total | | (1.473) | (226.686) | (431.783) |

36. EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir apresentamos os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras nos períodos findos em 31 de dezembro e em 30 de novembro de 2010.

| Passivos - Dólar | Dez/2010 | Nov/2010 |
|--|-----------|-----------|
| Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior | 849.079 | 870.001 |
| Dívida subordinada | 1.066.032 | 1.089.646 |
| Total | 1.915.111 | 1.959.647 |

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31 de dezembro e 30 de novembro de 2010, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

| Ativos - Dólar | Valor de referência | | Saldo contábil | |
|----------------|---------------------|-----------|----------------|-----------|
| | Dez/2010 | Nov/2010 | Dez/2010 | Nov/2010 |
| Swap | 1.909.963 | 1.891.932 | 1.956.618 | 2.015.335 |
| Total | 1.909.963 | 1.891.932 | 1.956.618 | 2.015.335 |

DIRETORIA

A DIRETORIA

Antonio Kanô Neto - Contador - CRC 1SP 95423/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

Banco PanAmericano S.A.

São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais individuais e consolidados do Banco PanAmericano S.A. ("Banco") em 31 de dezembro e em 30 de novembro de 2010, identificados como "Banco" e "Consolidado", e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Banco) e dos fluxos de caixa para o período de um mês findo em 31 de dezembro de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas (em conjunto "Demonstrações Financeiras").

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos

de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para Opinião com Ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, e pelas razões lá mencionadas, a Administração do Banco decidiu apresentar o balanço de abertura na data-base 30 de novembro de 2010 e não apresentar as demais demonstrações completas do exercício de 2010 e daquelas referentes ao exercício anterior. Considerando-se as circunstâncias vivenciadas no Banco, bem como a troca de sua administração e direção, esta é a demonstração possível de ser preparada e apresentada com utilidade; entretanto, a legislação societária brasileira requer que as demonstrações financeiras sejam elaboradas no final de cada exercício social incluindo a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pela falta de apresentação de demonstrações complementares e comparativas descrita no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco PanAmericano S.A. em 31 de dezembro e em 30 de novembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de um mês findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes aspectos relacionados às demonstrações financeiras em pauta:

Desenquadramento dos Limites Operacionais Regulatórios

A nota explicativa nº 33 esclarece que em decorrência da contabilização dos ajustes

de irregularidades em 30 de novembro de 2010, citados na nota explicativa nº 2, os limites operacionais regulatórios (índice de Basileia e de Margem) encontram-se desenquadrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. A Administração do Banco entende que as alterações societárias e as medidas operacionais e financeiras levadas a cabo em janeiro de 2011, citadas na referida nota explicativa, afetarão positivamente a estrutura de liquidez e capital regulatório do Banco de forma a reestabelecer o reenquadramento dos limites operacionais.

Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 22, existem em 31 de dezembro e em 30 de novembro de 2010 créditos tributários ativos reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, que inclui estudo dos cenários atual e futuro de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao período de um mês findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Barbosa da Silva Júnior

Contador - CRC nº 1 SP 128132/O-0

Deloitte

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução O atual Comitê de Auditoria (Comitê) foi instituído objetivando atender as melhores práticas de Governança Corporativa, como, também, cumprir as exigências do Novo Mercado. A sua constituição ocorreu, simultaneamente, com a adaptação do Estatuto Social do Banco, em 11 de agosto de 2008, para sua transformação em "empresa aberta". Compete ao Comitê avaliar a qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco PanAmericano S.A., o cumprimento e efetividade dos sistemas de controle interno, a observação das normas e regimentos internos, a observância das exigências legais e regulamentares, do sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna. O presente Comitê é composto por 3 membros eleitos em 06 de dezembro de 2010, sendo seu presidente o Vice-Presidente do Conselho de Administração e os outros dois membros apontados entre profissionais, totalmente independentes, inclusive aquele considerado especialista financeiro. Os atuais membros do Comitê de Auditoria substituíram os representantes anteriores, em decorrência das mudanças ocorridas na administração comentadas na nota explicativa (2) às demonstrações financeiras. Este Comitê, por ser órgão de suporte direto às decisões do Conselho de Administração, nas questões vinculadas a auditoria e contabilidade, foi simultaneamente modificado. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações contábeis, pelo planejamento e execução das auditorias, conforme normas reconhecidas e seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco, com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Auditoria Interna desenvolve sua atuação observando, principalmente, o gerenciamento de riscos, cobertura nas áreas que representam risco mais elevado e apoio ao Comitê de Auditoria.

Atividades do Comitê de Auditoria: As atividades do Comitê, desenvolvidas a partir de 06 de dezembro de 2010, revestiram-se de características totalmente especiais, decorrentes das inconsistências contábeis e irregularidades adicionais mencionadas na nota explicativa (3) às demonstrações financeiras. Como parte de seus trabalhos, o Comitê realizou 07 reuniões formais durante o período de 06 de dezembro de 2010 a 14 de fevereiro de 2011, cabendo destacar os seguintes principais aspectos: a) acompanhamento do processo de elaboração dos balanços patrimoniais em 30 de novembro de 2010 (balanço de abertura) e em 31 de dezembro de 2010, das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado para o mês de dezembro de 2010, bem como de suas correspondentes notas explicativas, notadamente, mediante reuniões com os administradores e os auditores independentes; b) acompanhamento do processo de auditoria independente desenvolvido pelo auditor principal (Deloitte), incluindo sua conclusão satisfatória, decorrente da obtenção de evidências sobre as principais operações do Banco; c) acompanhamento dos pontos de atenção e das recomendações reportadas em reuniões, tanto pelo auditor principal (Deloitte), quanto dos pontos decorrentes dos trabalhos específicos desenvolvidos por outra empresa de auditoria (PWC), bem como as correspondentes providências adotadas pela Administração; d) acompanhamento dos ajustes de regularização das inconsistências contábeis identificadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e dos ajustes das irregularidades adicionais constatadas pela atual Administração, integralmente implementadas no Balanço de Abertura, em 30 de novembro de 2010; e) participação em reunião do Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2011, que abordou as apresentações sobre o processo de encerramento contábil e incluiu as discussões para aprovar o balanço patrimonial de abertura em 30 de novembro de 2010 e o balanço patrimonial em 31 de dezembro de

2010, bem como as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado para o mês de dezembro de 2010, com as correspondentes notas explicativas. O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Auditor Independente, Deloitte, e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, dando-se por satisfeito com as esclarecimentos e esclarecimentos prestados.

Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas sob certas condições especiais decorrentes das inconsistências contábeis identificadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e das irregularidades adicionais constatadas pela atual Administração (nota 3). Com o objetivo de se obter uma posição confiável de ativos e passivos e ao mesmo tempo propiciar a comparabilidade de informações, foi elaborado balanço patrimonial de abertura em 30 de novembro de 2010, com os ajustes necessários para corrigir as distorções mencionadas. Diante disso, viabilizou-se a preparação de demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, para o mês de dezembro de 2010, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Essas são as únicas peças e informações contábeis pelas quais a atual administração se responsabiliza, corroborando a autenticidade e credibilidade dos valores e dados nelas contidos. Quaisquer outros dados e informações contábeis, anteriores ao balanço de abertura, estão completamente distorcidos pelas inconsistências e irregularidades identificadas, podendo resultar em prejuízo se utilizado para análise ou avaliação. O Comitê ratifica o entendimento adotado pela Administração, enfatizando que a mera apresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009, sem a devida implementação dos ajustes necessários para corrigir a parcela das inconsistências e irregularidades relativas ao exercício de 2009 e dos exercícios anteriores, impactaria de forma significativa aquelas demonstrações, além de distorcer as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado referente o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, induzindo o leitor a erro em qualquer forma de comparação ou análise. As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, apresentando as diferenças em relação às atuais demonstrações contábeis, serão divulgadas atendendo os prazos regulamentares estabelecidos pela legislação.

Divulgação de Fatos Relevantes: Conforme FATO RELEVANTE publicado em 09 de novembro de 2010, o então controlador (Grupo Silvio Santos), mediante operação financeira que contou com pleno conhecimento do Banco Central do Brasil - BACEN e com o apoio do FGC - Fundo Garantidor de Crédito, aportou R\$2,5 bilhões no Banco PanAmericano S.A., assumindo o prejuízo decorrente dos ajustes de determinadas inconsistências contábeis identificadas pelo BACEN (nota 2). Em decorrência dos ajustes adicionais constatados por meio de processo de verificação, desenvolvido pela atual Administração, estabeleceu-se o valor total das inconsistências contábeis e irregularidades, montando R\$4,3 bilhões (R\$3,6 bilhões líquidos de crédito tributário e R\$0,2 bilhão alocados a administradora de cartão de crédito), integralmente ajustados no balanço patrimonial em 30 de novembro de 2010. Mediante operação financeira complementar, que, também contou com o conhecimento do Banco Central do Brasil e com o apoio do FGC - Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou, em janeiro de 2011, R\$1,3 bilhão de novos recursos para assumir os prejuízos decorrentes dessas irregularidades adicionais. Este novo aporte, com as mesmas características do aporte anterior e utilizando-se dos mesmos instrumentos legais, foi creditado em conta de "Depósito de Acionista", destinado a reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional da instituição. Em 31 de janeiro de 2011, conforme divulgado através de novo FATO RELEVANTE, ao mercado em geral, o ex-acionista controlador (Grupo Silvio Santos), mediante operação de compra e venda da totalidade de suas ações no capital do Banco PanAmericano S.A., transferiu o controle acionário da instituição para o Banco BTG Pactual S.A. (novo acionista controlador).

Limite Operacional - Acordo da Basileia: Os ajustes corretivos efetuados pela atual administração no mês de novembro de 2010, apresentaram reflexos sobre a estrutura de

capital do Banco PanAmericano S.A. (nota 33), resultando no seu desenquadramento em relação aos limites operacionais regulatórios. Com o aporte adicional de recursos no valor de R\$1,3 bilhão, realizado em 31 de janeiro de 2011 (nota 2) e com a contratação da operação de Cessão de Direitos Creditórios, sem coobrigação, junto ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC, no montante de até R\$3,5 bilhões, da qual, parcela do montante total a ser recebida será depositada em conta vinculada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN, estará reestabelecido o enquadramento nos padrões mínimos de capital e nos limites operacionais, definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN 3.398/06), até o final do mês de fevereiro de 2011.

Crédito Tributário: O crédito tributário, sobre prejuízos fiscais, foi registrado até o limite considerado recuperável, conforme plano de negócios aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada nesta data (14 de fevereiro de 2011). O crédito tributário não registrado monta, aproximadamente, R\$700 milhões. O Plano de negócios, apresentado ao Conselho de Administração, considera cenários atual e futuro, bem como indicadores macroeconômicos, de produção e de custo de captação (nota 22), suporta adequadamente a recuperação desses créditos. Considerando a mudança do controle acionário da instituição (nota 2), integrada ao acordo operacional com os acionistas controladores, pode justificar uma melhoria no aproveitamento dos créditos tributários.

Auditoria Interna e Auditoria Independente: A auditoria interna está sendo reestruturada, reportando-se ao Comitê de Auditoria. Foram contratados profissionais com ampla experiência profissional, inclusive, nas áreas de segurança da informação e tecnologia/sistemas, concentrando seus esforços, neste primeiro momento, nos trabalhos de cobertura das áreas de risco mais elevado e nas demandas do Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria mantém canal de comunicação permanente com os sócios do auditor independente principal (Deloitte), responsável por emitir parecer sobre as demonstrações financeiras do Banco, tanto através das reuniões formais do Comitê de Auditoria, quanto durante o período em que os trabalhos são realizados. Não foram relatados irregularidades que não tenham sido objeto de regularização no balanço de abertura em 30 de novembro de 2010 e 31 de dezembro de 2010. O mesmo canal de comunicação permanente foi mantido com o sócio da PricewaterhouseCoopers, responsável por trabalho específico sobre as inconsistências contábeis identificadas pelo BACEN e irregularidades adicionais constatadas pela atual administração. As recomendações desses auditores foram acatadas pela atual administração.

Sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: A atual administração está desenvolvendo um trabalho de adequação dos registros e normas contábeis, reformulando processos, implementando novos controles internos e aperfeiçoando os já existentes, segregando funções, monitorando cumprimento de normas, inclusive, regulatórias, reestruturando áreas e funcionamento de Comitês, contratando profissionais experientes, utilizando suporte de consultores externos e implementando um ambiente de gerenciamento de riscos. As políticas e procedimentos adotados estão em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e visam atender as necessidades de uma instituição financeira com valores mobiliários negociados no mercado aberto.

Conclusão: Com base nas ações desenvolvidas, diretamente pelo Comitê, bem como, fundamentado nas revisões e avaliações, anteriormente mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, dos balanços patrimoniais individuais e consolidados, auditados do Banco PanAmericano S.A., em 30 de novembro de 2010 (Balanço de Abertura) e em 31 de dezembro de 2010, das demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado para o mês de dezembro de 2010, bem como de suas correspondentes notas explicativas.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2011

Otto Steiner Junior - Presidente

Marcos Wagner da Fonseca

Antonio Carlos Rovai

Especialista Financeiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no desempenho de suas atividades estatutárias, desenvolveram as seguintes principais atividades visando emitir seu parecer sobre as demonstrações financeiras do Banco PanAmericano S.A. ("Banco") em 31 de dezembro de 2010: a) mantiveram reuniões com diretores e conselheiros integrantes da administração empossada em 09 de novembro de 2010; b) reuniram-se com atuais membros do Comitê de Auditoria, bem como com os auditores externos;

c) revisaram os relatórios de auditores e consultores externos, sobre as inconsistências contábeis identificadas pelo Banco Central do Brasil e irregularidades adicionais constatadas pela nova Administração nos registros contábeis do Banco, verificando sua regularização; d) reuniram-se com os auditores independentes (Deloitte), tomando conhecimento dos trabalhos realizados, das recomendações apresentadas e do parecer sobre as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2010, bem como

do seu balanço patrimonial de abertura em 30 de novembro de 2010. Com base nos trabalhos desenvolvidos, os membros do Conselho Fiscal, por maioria, recomendam a aprovação das demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2011

OLAVO CORRÊA ZONARO

CARLOS ROBERTO L. PARLATORE